

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
2024

Mundial S/A - Produtos de Consumo
Companhia Aberta
CNPJ: 88.610.191/0001-54

Mundial SA
— s i n c e 1 8 9 6 —





ÍNDICE

Convite do Presidente do Conselho de Administração	3
Esclarecimentos e orientações para participação na Assembleia	4
Proposta da Administração	6
Comentários dos Administradores – Artigo 10, inciso III, item 2 do Formulário de Referência, conforme Resolução nº 81, de 29 de março de 2022.	23
Membros da Administração – Artigo 11, item 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência, conforme resolução nº 81, de 29 de março de 2022.	49
Remuneração dos Administradores – Artigo 13, inciso II, item 8 do Formulário de Referência, conforme Resolução nº 81, de 29 de março de 2022.	58

CONVITE DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

Convidamos todos os acionistas da Mundial S/A Produtos de Consumo ("Companhia") para participarem da Assembleia Geral Ordinária que será realizada no dia 29 de abril de 2024, às 10:00 horas, na sede social da Companhia, localizada na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua do Paraíso, 148, 14º andar, conj. 142, CEP. 04103-000.

Este documento contempla, para sua análise, informações requeridas pelos Artigos 10, 11 e 13 da resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, Item 2, 7.3 a 7.6 e 8 com as alterações introduzidas e decorrentes das Resoluções CVM nºs 59, de 22 de dezembro de 2021 e CVM nºs 162/22, 168/22 e 173/22 e outras informações adicionais sobre as matérias incluídas na Ordem do Dia, bem como esclarecimentos e orientações para participação na assembleia da Companhia.

Colocamo-nos à disposição para informações adicionais.

Atenciosamente,
Adolpho Vaz de Arruda Neto
Presidente do Conselho de Administração

ESCLARECIMENTOS E ORIENTAÇÕES PARA A PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA

Nos termos da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, para serem admitidos na Assembleia Geral Ordinária, convocada para o dia 29 de abril de 2024 às 10hs, os Acionistas da Companhia ou seus representantes habilitados poderão escolher uma das opções colocadas à disposição: (i) Participação Presencial; (ii) por Voto a Distância; e (iii) Representação, conforme o disposto no artigo 126, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404/76.

(i) PARTICIPAÇÃO PRESENCIAL

Para participação presencial nas assembleias da Companhia, o Acionista deverá apresentar, no início da Assembleia, os seguintes documentos:

Acionista Pessoa Física:

1. Cópia de documento de identidade com foto recente e validade nacional, podendo ser: (i) Carteira de Identidade de Registro Geral (RG) expedido por órgão autorizado; (ii) Carteira de Identidade de Registro de Estrangeiro (RNE) expedida por órgão autorizado; (iii) Passaporte válido expedido por órgão autorizado; (iv) Carteira de órgão de classe válida como identidade civil para fins legais, expedida por órgão autorizado (OAB, CRM, CRC, CREA); (v) Carteira Nacional de Habilitação com foto (CNH nova).
2. Comprovante expedido pela instituição financeira depositária ou CBLC – Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia, das ações da Companhia, contendo a respectiva participação acionária e emitido nos últimos 5 (cinco) dias.

Acionista Pessoa Jurídica e Fundo ou Clube de Investimentos

1. Instrumento de mandato e cópia de documento de identidade do representante legal ou procurador presente com foto recente e validade nacional do mandato; cópia do Estatuto, Contrato Social ou regulamento, conforme o caso, atualizado e do ato que investe o representante de poderes, registrado no órgão competente; Documento que comprove poderes de representação: ata de eleição do representante legal presente, registrada no órgão competente, ou da pessoa que assinou a procuração, se for o caso; e em caso de fundo ou clube de investimento, o representante deverá comprovar a sua qualidade de administrador do fundo ou de procurador devidamente nomeado por este, na forma da legislação que lhe for aplicável. No caso dos fundos ou clubes de investimentos e das pessoas jurídicas estrangeiras, na documentação que comprova os poderes de representação não será necessário a tradução juramentada, se a língua do documento for o português, o inglês ou espanhol. Documentos redigidos em outras línguas só serão aceitos mediante apresentação de tradução juramentada para uma dessas 3 (três) línguas mencionadas.
2. Comprovante expedido pela instituição financeira depositária ou CBLC – Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia, das ações da Companhia, contendo a respectiva participação acionária nos últimos 5 (cinco) dias.

(ii) POR VOTO A DISTÂNCIA

Conforme Resolução CVM nº 81/2022, os acionistas também poderão exercer o voto em assembleias gerais por meio de voto a distância, a ser formalizado em um documento eletrônico denominado “Boletim de Voto a Distância” (Boletim), disponibilizado no site da Companhia: www.mundial.com. Para tanto será necessário que o Acionista siga as orientações de preenchimento do boletim de votação que se encontram nesse boletim, bem como atenda aos prazos de envio com as informações de voto fixadas nesse boletim, conforme regulamentação em vigor.

(iii) REPRESENTADOS POR PROCURADOR

1. Procuração emitida há menos de 1 (um) ano da data de realização da Assembleia, conforme exigência legal (artigo 126, parágrafo 1º, da Lei 6.404/76). O procurador deverá ser acionista, administrador da Companhia ou advogado, sendo que, na companhia aberta, o procurador poderá, ainda, ser instituição financeira, cabendo ao

administrador de fundos ou clubes de investimento representar os condôminos, exceto se de forma diversa for previsto no regulamento do Fundo ou Clube de Investimento, conforme o caso; e

2. Documento de identidade do Procurador. Procurações outorgadas fora do Brasil, não será necessário a tradução juramentada, se a língua do documento for portuguesa, inglês ou espanhol. Documentos redigidos em outras línguas só serão aceitos mediante apresentação de tradução juramentada para uma dessas 3 (três) línguas mencionadas.

A Companhia solicita que a documentação acima seja enviada com até 3 (três) dias de antecedência da realização das Assembleias para o endereço da sede social:

A/C. Departamento de Relações com Investidores
Rua do Paraíso, nº. 148 – 14º andar - Conj. 142
CEP. 04103-000 – SÃO PAULO - SP

Por fim, a Companhia esclarece ainda que todos os documentos e informações pertinentes às matérias a serem examinadas e deliberadas nas Assembleias da Companhia, contendo os esclarecimentos exigidos pela Resolução CVM nº 81/2022, encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, bem como nos sítios eletrônicos www.mundial.com, www.cvm.gov.br e www.b3.com.br.

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da Mundial S/A – Produtos de Consumo, nos termos do que dispõe a legislação pertinente ao Estatuto Social, objetivando atender aos interesses da sociedade, vem propor a V. Sas. o que segue:

EM ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

- i. **Apreciar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações contábeis, relatório da administração e parecer dos auditores, independentes, referentes ao exercício encerrado em 31/12/2023;**

O Conselho de Administração da Mundial S/A – Produtos de Consumo, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras (individuais e consolidadas) referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Com base nos exames efetuados e considerando o relatório sem ressalva dos auditores independentes, com data de 20 de março de 2024, o Conselho de Administração conclui que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária.

- ii. **Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício.**

A Companhia deixa de apresentar o Anexo A da Resolução CVM nº. 81/2022, em razão do prejuízo registrado em 31 de dezembro de 2023 no montante de R\$ 6.149.690,21, restando, portanto, prejudicada a destinação de resultados.

- iii. **Fixar o número de membros para compor o Conselho de Administração nos termos do que dispõe o Estatuto Social da Companhia;**

Conforme previsto no Artigo 9º do Estatuto Social da Companhia, os acionistas deverão, na Assembleia Geral Ordinária, deliberar o número efetivo de membros do Conselho de Administração.

A proposta da Administração é de que o número de membros do Conselho de Administração seja de 04 (quatro) membros.

- iv. **Eleger os membros do Conselho de Administração.**

Serão indicados para eleição 04 (quatro) membros, para apreciação dos acionistas. Todos os nomes são indicados pela Administração da Companhia para compor este Conselho. As principais informações de cada um dos membros do Conselho de Administração estão descritas nos itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência, conforme resolução nº 81, de 29 de março de 2022.

- v. **Fixar o montante da remuneração dos Administradores.**

Os membros da Administração receberão uma remuneração na forma fixada pela Assembleia Geral, obedecidos aos dispositivos legais e estatutários próprios. A proposta é uma remuneração global anual para os administradores em até R\$ 9.829.135,67 (nove milhões, oitocentos e vinte nove mil, cento e trinta e cinco reais e sessenta e sete centavos), a ser distribuída à critério do Conselho de Administração.

EM ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

1. **Aprovar as operações de grupamento e de desdobramento simultâneos da totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia, nas proporções de 10:1 e 1:40, respectivamente**

A Companhia propõe o grupamento e o desdobramento simultâneos da totalidade das ações ordinárias de sua emissão, por meio do qual cada grupo de 10 (dez) ações ordinárias da emissão da Companhia será agrupada em 1 (uma) ação e, ato contínuo, cada ação ordinária será desdobrada em 40 (quarenta) ações, sem alteração do valor do capital social atual da Companhia. Dessa forma, a composição do capital social da Companhia antes e após as operações de grupamento e desdobramento será conforme apresentado na tabela abaixo:

	Quadro Atual	Após Grupamento/Desdobramento		
	Quantidade	% do Total	Quantidade	% do Total
Ações Ordinárias	2.480.260	100%	9.921.040	100%
Total	2.480.260	100%	9.921.040	100%

Principais Características das Operações de Grupamento e Desdobramento:

A seguir estão apresentadas as principais características das operações de grupamento e desdobramento:

- A. **Objetivos:** A Companhia esclarece que as operações de grupamento e desdobramento têm o objetivo de (a) ajustar a base acionária da Companhia, que atualmente é composta por um grande número de acionistas que possuem participações inferiores ao lote padrão de 100 (cem) ações, visando gerar eficiência ao sistema de escrituração e promover a economia de custos operacionais e administrativos; e (b) possibilitar um ajuste na cotação das ações de emissão da Companhia, tornando o preço por ação mais atrativo a um maior número de investidores.

Em razão do exposto, a Administração propõe a realização de grupamento seguido de desdobramento, conforme pormenorizado nos itens abaixo, em virtude dos fatos e objetivos acima expostos.

- B. **Abrangência:** As operações de grupamento e desdobramento, caso aprovadas, (i) serão aplicadas a todos os acionistas da Companhia, (ii) não resultarão em alteração do valor do capital social da Companhia, bem como (iii) os direitos conferidos pelas ações de emissão da Companhia a seus titulares não serão modificados.
- C. **Data-Base para fins do direito às Operações de Grupamento e Desdobramento:** A Companhia comunicará por meio de aviso aos acionistas as datas para o ajuste de posição acionária e a data a partir da qual as ações de emissão da Companhia passarão a ser negociadas sob os efeitos do grupamento e desdobramento, nos termos dos “Procedimentos Aplicáveis” abaixo.

- D. Negociação: As ações ordinárias de emissão da Companhia continuarão a ser negociadas no mesmo segmento da B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão em que os papéis da Companhia são negociados atualmente.

Procedimentos Aplicáveis

A. Prazo para Ajuste de Posição Acionária:

Após a aprovação das operações de grupamento e desdobramento pela Assembleia Geral Extraordinária, a Companhia divulgará aviso aos acionistas por meio do qual fornecerá maiores detalhes acerca da operacionalização do grupamento e simultâneo desdobramento de ações, além de conceder prazo proposto de, no mínimo, 30 (trinta) dias a contar da aprovação em sede de Assembleia Geral Extraordinária, para que os acionistas titulares de ações ordinárias da Companhia possam compor suas ações em lotes inteiros múltiplos de 100 (cem) ("Prazo de Livre Ajuste de Posição"), a seu livre e exclusivo critério, mediante negociação na B3.

B. Efetivação da Operação

As operações de grupamento e desdobramento serão efetivadas a partir do primeiro dia útil subsequente ao término do período Prazo de Livre Ajuste de Posição, momento no qual, as ações da companhia passarão a ser negociadas nas formas grupada e desdobrada, e os acionistas terão suas posições ajustadas, conforme data a ser divulgada em aviso aos acionistas.

Após esse período, os acionistas que não possuírem posições múltiplas de 100 (cem) ações estarão sujeitos ao procedimento previsto no item "C" abaixo.

C. Leilão em Bolsa das Frações de Ações Remanescentes:

Terminado o prazo para recomposição de frações de ações pelos acionistas será publicado Aviso aos Acionistas, informando a data para realização do leilão das frações de ações cujos acionistas detentores não manifestaram interesse em completá-las.

O somatório das frações de ações residuais serão agrupadas em números inteiros e vendidas em leilão na bolsa. O produto do leilão será rateado proporcionalmente entre todos os titulares das frações após a liquidação financeira do leilão da seguinte forma:

- (a) acionistas com dados cadastrais atualizados: valores serão depositados na conta corrente indicada no cadastro do respectivo acionista;
- (b) acionistas com ações depositadas na Central Depositária da B3: os valores serão creditados diretamente à Central Depositária, que se encarregará de repassá-los ao respectivo acionista por meio de seu agente de custódia; e
- (c) demaís acionistas: valores ficarão à disposição na Companhia para recebimento pelo respectivo acionista mediante atualização cadastral para crédito destes valores.

A Companhia comunicará por meio de aviso aos acionistas a data do leilão das frações de ações e a data em que os recursos resultantes do leilão serão disponibilizados aos acionistas.



Neste sentido, a Administração da Companhia **propõe** que sejam aprovadas as operações de grupamento e desdobramento das ações da Companhia, nos fatores de grupamento de 10:1 e de desdobramento de 1:40, e, conseqüentemente, a definição do prazo de, no mínimo 30 (trinta) dias, para o Prazo de Livre Ajuste de Posição, ínterim para que os acionistas titulares de ações ordinárias de emissão da Companhia possam compor suas ações em lotes inteiro múltiplos de 100 (cem).

A Companhia entende que as operações de grupamento e desdobramento irão gerar ganho de eficiência para o sistema de escrituração e tornarão o preço por ação mais atrativo a um maior número de investidores.

2. Aprovar a atualização do Artigo 5º, caput, do Estatuto Social da Companhia, a fim de ajustar o número de ações de emissão da Companhia, em decorrência do grupamento e desdobramento das ações ordinárias, uma vez aprovado o referido grupamento e desdobramento simultâneos

Em razão das operações de grupamento e desdobramento simultâneos ora propostas, caso aprovadas, deverá ser realizada a conseqüente atualização do caput do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia para refletir a nova quantidade de ações, de modo que, após a implementação de tais operações societárias, passará a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 5º. O capital social da Companhia é de R\$ 43.794.105,18 (quarenta e três milhões, setecentos e noventa e quatro mil, cento e cinco reais e dezoito centavos), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 9.921.040 (nove milhões, novecentas e vinte e uma mil e quarenta) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.”

3. Aprovar a atualização do Artigo 7º, caput, do Estatuto Social da Companhia, a fim de ajustar o limite de ações para emissão independentemente de reforma estatutária, em decorrência do grupamento e desdobramento das ações ordinárias, uma vez aprovado o referido grupamento e desdobramento simultâneos

Em razão das operações de grupamento e desdobramento simultâneos ora propostas, caso aprovadas, deverá ser realizada a conseqüente atualização do caput do Artigo 7º do Estatuto Social da Companhia para refletir a nova quantidade de ações que possam ser emitidas independentemente de reforma estatutária por deliberação do Conselho de Administração, de modo que, após a implementação de tais operações societárias, passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º - O capital social poderá ser aumentado, independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração sobre a emissão de ações para subscrição pública ou particular, observados o limite de 4.706.648 (quatro milhões, setecentas e seis mil, seiscentas e quarenta e oito) ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.”

4. Aprovar a inclusão do parágrafo único do Artigo 15, do Estatuto Social da Companhia, a fim de prever expressamente que o prazo de gestão dos Diretores, quando for o caso, se estenderá até a investidura dos novos Diretores eleitos, em conformidade com o artigo 150, § 4º da Lei 6.404/76.

Esclarece-se que está à disposição dos acionistas da Companhia, em conformidade com o Artigo 12 da Resolução CVM 81, quadro comparativo que contempla (i) as alterações propostas ao Estatuto Social e

(ii) a origem e a justificativa das alterações propostas, nas quais são analisadas, conforme aplicável, os seus efeitos jurídicos e econômicos.

5. Aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia.

Documentos Anexos a esta Proposta de Administração

Quadro Comparativo das alterações ao Estatuto Social - ANEXO ____

Proposta do Estatuto Social Consolidado - ANEXO ____;

ANEXO _____

Quadro Comparativo das alterações ao Estatuto Social

Em cumprimento ao disposto no Artigo 12, incisos I e II da RCVM 81, a Administração disponibiliza as seguintes informações para a realização da AGE:

(i) **Quadro comparativo das alterações ao Estatuto Social, contendo as justificativas da alteração**

Estatuto Social Atual	Proposta de Alteração do Estatuto Social	Justificativas/Comentários
Art. 5º - O capital social é de R\$ 43.794.105,18 (quarenta e três milhões, setecentos e noventa e quatro mil, cento e cinco reais e dezoito centavos), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 2.480.260 (dois milhões, quatrocentos e oitenta mil, duzentas e sessenta) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.	Art. 5º - O capital social é de R\$ 43.794.105,18 (quarenta e três milhões, setecentos e noventa e quatro mil, cento e cinco reais e dezoito centavos), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 2.480.260 <u>(dois milhões, quatrocentos e oitenta mil, duzentas e sessenta) 9.921.040</u> <u>(nove milhões, novecentas e vinte e uma mil e quarenta)</u> ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.	Refletir o grupamento e o desdobramento simultâneos da totalidade das ações ordinárias de sua emissão, por meio do qual cada grupo de 10 (dez) ações ordinárias da emissão da Companhia será grupada em 1 (um) ação e, ato contínuo, cada ação ordinária será desdobrada em 40 (quarenta) ações, sem alteração do valor do capital social atual da Companhia. As operações de grupamento e desdobramento, caso aprovadas, serão aplicadas a todos os acionistas da Companhia, não resultarão em alteração do valor do capital social da Companhia.
Estatuto Social Atual	Proposta de Alteração do Estatuto Social	Justificativas/Comentários
Art. 7º - O capital social poderá ser aumentado, independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração sobre a emissão de ações para subscrição pública ou particular, observados o limite de 1.176.662 (um milhão, cento e setenta e seis mil, seiscentas e sessenta e duas) ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.	Art. 7º - O capital social poderá ser aumentado, independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração sobre a emissão de ações para subscrição pública ou particular, observados o limite de 1.176.662 <u>(um milhão, cento e setenta e seis mil, seiscentas e sessenta e duas) 4.706.648</u> <u>(quatro milhões, setecentas e seis mil, seiscentas e quarenta e oito)</u> ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.	Ajustar o limite de ações que possam ser emitidas independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, em razão do grupamento e desdobramento simultâneos. O limite de foi aumentado para manter a mesma proporção no limite de ações do capital autorizado da Companhia.

Estatuto Social Atual	Proposta de Alteração do Estatuto Social	Justificativas/Comentários
Art. 15 - A Diretoria é composta por 1 (um) Diretor Presidente, de 2 (dois) a 6 (seis) Diretores sem designação específica, residentes no país, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato unificado de 1 ano, sendo permitida a reeleição, investidos e empossados, no cargo nos termos dispostos no artigo 8º deste Estatuto. Um dos Diretores deve ser eleito ou cumular o cargo de Diretor de Relações com Investidores, devendo tal circunstância constar da ata do Conselho de Administração que deliberar sobre a eleição dos membros da diretoria.	Art. 15 - A Diretoria é composta por 1 (um) Diretor Presidente, de 2 (dois) a 6 (seis) Diretores sem designação específica, residentes no país, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato unificado de 1 ano, sendo permitida a reeleição, investidos e empossados, no cargo nos termos dispostos no artigo 8º deste Estatuto. Um dos Diretores deve ser eleito ou cumular o cargo de Diretor de Relações com Investidores, devendo tal circunstância constar da ata do Conselho de Administração que deliberar sobre a eleição dos membros da diretoria. Parágrafo Único: O prazo de gestão dos Diretores, quando for o caso, se estenderá até a investidura dos novos Diretores eleitos.	Adicionar expressamente a previsão de extensão do prazo de gestão dos Diretores até que haja efetivamente a investidura dos novos Diretores eleitos, visando a legitimação dos Diretores durante o período em que a nova ata de eleição é levada a registro até o seu arquivamento, em conformidade com art. 150, §4º da Lei 6.404/76.

ANEXO ____
ESTATUTO SOCIAL

MUNDIAL S.A. PRODUTOS DE CONSUMO
ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO

CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO –

Art. 1º - **MUNDIAL S.A. PRODUTOS DE CONSUMO** (a “Companhia”) é uma sociedade por ações, de capital aberto, que se rege por este Estatuto e disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Art. 2º - A sociedade tem sede, foro e administração na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, podendo criar e manter filiais, escritórios e quaisquer departamentos ou depósitos em todas as partes do território nacional e exterior, a critério da Diretoria “ad referendum” do Conselho de Administração.

Art. 3º - A sociedade tem por objetivo:

- a) Indústria e comércio: 1) motores, máquinas e equipamentos elétricos e mecânicos para fins industriais e para uso doméstico; 2) pertences metálicos e artigos para mesa, artigos de cutelaria, adorno, higiene e beleza; 3) artigos e componentes metálicos e plásticos para indústria de calçados, couro, plástico, confecções e eletroeletrônicos; 4) fundição de metais ferrosos e não ferrosos; 5) peças metálicas para máquinas agrícolas, móveis, material escolar, de escritório e profissional em geral; 6) matrizes para estamperia e para injeção plástica ou metálica.
- b) Importação, exportação e comercialização de equipamentos, produtos e matérias primas relacionados com os objetivos sociais retro transcritos.
- c) Participação em outras sociedades, como acionista, quotista ou sócia.

Art. 4º - O prazo de duração da sociedade é indeterminado.

CAPÍTULO II - DO CAPITAL SOCIAL E AÇÕES –

Art. 5º - O capital social é de R\$ 43.794.105,18 (quarenta e três milhões, setecentos e noventa e quatro mil, cento e cinco reais e dezoito centavos), totalmente subscrito e integralizado, dividido em ~~2.480.260 (dois milhões, quatrocentos e oitenta mil, duzentos e sessenta)~~ 9.921.040 (nove milhões, novecentas e vinte e uma mil e quarenta) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Parágrafo Único – A Companhia não poderá emitir ações preferenciais.

Art. 6º - A cada ação ordinária corresponde o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Art. 7º - O capital social poderá ser aumentado, independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração sobre a emissão de ações para subscrição pública ou particular, observados o limite de ~~1.176.662 (um milhão, cento e setenta e seis mil, seiscentos e sessenta e duas)~~ 4.706.648 (quatro milhões, setecentas e seis mil, seiscentas e quarenta e oito) ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Parágrafo 1º - O Conselho de Administração fixará o preço e o número de ações a serem emitidas, bem como o prazo e as condições de integralização, ficando a subscrição em bens condicionada à aprovação do laudo de avaliação dos bens pela Assembleia Geral, na forma prevista no art. 8º da Lei nº 6.404/76.

Parágrafo 2º - A Companhia poderá, dentro do limite do capital autorizado e de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opções de aquisição de ações a seus administradores, empregados ou a pessoas físicas que prestam serviços à Companhia, ou às sociedades sob seu controle, nos termos do parágrafo 3º do art. 168 da Lei nº 6.404/76.

CAPÍTULO III - DA ADMINISTRAÇÃO –

Art. 8º - A administração da Companhia competirá ao Conselho de Administração e à Diretoria, na forma prevista neste Estatuto. Seus membros serão investidos nos seus cargos mediante assinatura do termo de posse, no livro de atas do Conselho de Administração ou da Diretoria, conforme o caso.

Parágrafo único – No caso de vacância de qualquer dos assentos do Conselho de Administração da Companhia, caberá aos conselheiros remanescentes escolher o substituto, cujo mandato vigorará até a realização da primeira Assembleia Geral.

SECÇÃO I: DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO -

Composição –

Art. 9º - O Conselho de Administração é composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros efetivos, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 1 ano, sendo permitida a reeleição.

Art. 10 - A Assembleia Geral que eleger os membros do Conselho de Administração deverá no ato da eleição, escolher dentre eles, o seu Presidente e o Vice-Presidente.

Art. 11 - O Conselho de Administração reunir-se-á pelo menos trimestralmente, nos locais e nas datas previstas no calendário anual por ele aprovado no último mês do ano imediatamente anterior e, extraordinariamente, mediante convocação do seu Presidente ou da maioria dos seus membros,

observada a antecedência mínima de 5 (cinco) dias para a primeira convocação, salvo nas hipóteses de manifesta urgência, em que se deverá observar a antecedência mínima de 2 (dois) dias para a convocação. Deverão, nesses prazos, serem encaminhadas, a cada conselheiro, a agenda da reunião e os documentos de suporte para as deliberações a serem tomadas.

Instalação, Deliberação e Funcionamento –

Art. 12 - As reuniões do Conselho de Administração considerar-se-ão instaladas em primeira convocação com presença da maioria de seus membros e em segunda convocação com qualquer número.

Parágrafo 1º - As reuniões serão presididas pelo seu Presidente, ou, na sua ausência, pelo Vice-Presidente, e secretariadas por um secretário, também escolhido dentre os presentes.

Parágrafo 2º - As deliberações serão aprovadas por maioria de votos e os membros ausentes poderão ser representados por outros membros do Conselho, vedada a representação múltipla, ou ainda, expressar seu voto por meio de carta, fax ou telegrama.

Parágrafo 3º - Das deliberações serão lavradas atas no livro de Atas das Reuniões do Conselho de Administração.

Parágrafo 4º - Ao Presidente do Conselho de Administração incumbirá transmitir à Diretoria e à Assembleia Geral, conforme for o caso, as deliberações tomadas em suas reuniões, sendo também à sua atenção endereçadas todas as comunicações dirigidas ao Conselho de Administração.

Competência –

Art. 13 - O Conselho de Administração, além dos poderes e atribuições que a lei lhe confere, terá os seguintes:

- a) estabelecer as normas gerais a serem observadas pela Diretoria relativas às operações da sociedade, política comercial, administração do pessoal, compras, investimentos e contabilidade;
- b) criar e abolir, quando julgar necessário, grupos de trabalhos para seu assessoramento e designando suas funções e fixando a remuneração de seus membros;
- c) aprovar os orçamentos de operação, de capital e financeiros;
- d) aprovar novos empreendimentos ou a expansão dos já pendentes;

e) atribuir e distribuir entre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria uma remuneração mensal ou anual, global ou individual, até o montante que for estabelecido pela Assembleia Geral, bem como a participação estatutária a que se refere o artigo 27;

f) aprovar previamente:

I. aquisição, alienação ou oneração de bens imóveis;

II. aquisição de bens para o ativo fixo e alienação ou oneração de bens que o integram, bem como aquisição, alienação ou oneração de bens fora do curso normal dos negócios, quando o valor dos bens exceder R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais).

III. aquisição, alienação ou oneração de participações no capital de outras empresas, inclusive os investimentos decorrentes de incentivos fiscais;

IV. recebimento ou concessão de empréstimos, cujo prazo seja superior a 1 (um) ano;

V. prestação de garantias, de qualquer natureza, exceto se em favor das sociedades controladas ou coligadas; e

VI. celebração de quaisquer contratos com membro da Diretoria, do Conselho de Administração, ou ainda com partes relacionadas.

g) deliberar a emissão de ações, debêntures conversíveis em ações, bem como debêntures não conversíveis em ações, dentro do limite de capital autorizado estabelecido no art. 7º deste Estatuto, podendo ainda, excluir o direito de preferência ou reduzir o prazo para o seu exercício, nas emissões de ações e debêntures conversíveis, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública ou permuta de ações, em oferta pública de aquisição de Controle, nos termos estabelecidos em lei;

h) deliberar, por delegação da Assembleia Geral quando da emissão de debêntures pela Companhia, sobre a época e as condições de vencimento, amortização ou resgate, a época e as condições para pagamento dos juros, da participação nos lucros e de prêmio de reembolso, se houver, e o modo de subscrição ou colocação bem como os tipos de debêntures;

i) eleger, destituir ou substituir os auditores independentes, depois da emissão de parecer do Conselho Fiscal, se instalado; e

j) Aprovar plano de outorga de opções para aquisição de ações a seus administradores, empregados ou a pessoas físicas que prestam serviços à Companhia, ou às sociedades sob seu controle, nos termos do parágrafo 3º do art. 168 da Lei nº 6.404/76.

Remuneração –

Art. 14 - Os membros do Conselho receberão uma remuneração na forma fixada pela Assembleia Geral, obedecidos os dispositivos legais e estatutários próprios.

SECÇÃO II: DA DIRETORIA –

Composição e Substituição –

Art. 15 - A Diretoria é composta por 1 (um) Diretor Presidente, de 2 (dois) a 6 (seis) Diretores sem designação específica, residentes no país, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato unificado de 1 ano, sendo permitida a reeleição, investidos e empossados, no cargo nos termos dispostos no artigo 8º deste Estatuto. Um dos Diretores deve ser eleito ou cumular o cargo de Diretor de Relações com Investidores, devendo tal circunstância constar da ata do Conselho de Administração que deliberar sobre a eleição dos membros da diretoria.

Parágrafo Único: O prazo de gestão dos Diretores, quando for o caso, se estenderá até a investidura dos novos Diretores eleitos.

Reunião da Diretoria –

Art. 16 - A Diretoria se reunirá com um quórum mínimo de 3 (três) de seus membros, deliberando por maioria de votos.

Parágrafo Único - Das deliberações serão lavradas atas de Reuniões da Diretoria.

Competência –

Art. 17 - A Diretoria terá os poderes e atribuições que a lei e este Estatuto lhe conferem, para assegurar o funcionamento regular da sociedade, podendo decidir sobre a prática de todos os atos e realização de todas as operações que se relacionarem com o objeto da sociedade e que não forem da competência privativa da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração na forma da legislação em vigor ou deste Estatuto.

Art. 18 - As atribuições dos Diretores serão estabelecidas pelo Conselho de Administração.

Remuneração –

Art. 19 - Os Diretores receberão uma remuneração, mensal ou anual, tendo em vista o fixado pela Assembleia Geral, resguardadas as disposições legais próprias.

Representação da Sociedade –

Art. 20 - A sociedade será representada, em juízo, ativa e passivamente, por 2 (dois) Diretores.

Art. 21 - Obtida a manifestação prévia favorável do Conselho de Administração quanto às matérias especificadas na letra "f" do artigo 13 deste Estatuto, a sociedade obrigará-se a validamente:

I. pela assinatura de 2 (dois) Diretores, em conjunto, em contratos, procurações "ad negotia" e "ad judicia" e na movimentação de contas bancárias, assinatura de cheques, ordens de pagamento, emissão, aceites e endosso de notas promissórias, letras de câmbio, e títulos de crédito de interesse e relacionados com o objetivo social, na compra, permuta, venda e oneração de bens móveis e imóveis, cessão de direitos e créditos, assinatura de escrituras e documentos pertinentes.

II. Pela assinatura de um Diretor conjuntamente com um procurador, quando assim for estabelecido no respectivo instrumento de mandato e de acordo com a extensão dos poderes que nele se contiverem.

III. Pela assinatura de dois procuradores, em conjunto, quando assim for estabelecido no respectivo instrumento de mandato e de acordo com a extensão dos poderes que nele se contiverem.

Pela assinatura de um Diretor e um procurador, individualmente, quando assim for estabelecido no respectivo instrumento de mandato e de acordo com a extensão dos poderes que nele se contiverem, ficando estabelecido, todavia, que a constituição de procuradores com poderes individuais, nas condições deste inciso IV, será limitada nos atos de representação da sociedade em juízo, inclusive a Justiça do Trabalho, Previdência Social e Sindicatos, órgãos da Secretaria da Receita Federal, repartições públicas e autarquias federais, estaduais e municipais, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Banco Central do Brasil, Banco do Brasil S.A., CACEX, Concessionárias de Serviços Públicos, bem como a assinatura de correspondência, inclusive a dirigida aos Bancos e o endosso de duplicatas para desconto, caução ou cobrança, protesto de títulos e duplicatas, recebimento e quitação de crédito da sociedade.

Parágrafo Único - As procurações "ad negotia" terão o prazo determinado não excedente a um ano. As procurações outorgadas a empregados extinguir-se-ão com o término da relação de trabalho ou de cargo do outorgado, se este fato ocorrer antes do prazo estabelecido no mandato. Se porventura omissas quanto ao prazo de validade, as procurações "ad negotia" serão consideradas automaticamente expiradas no final do exercício em que forem outorgadas.

Art. 22 - É vedado aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria prestar avais, fianças ou qualquer outra obrigação do tipo das denominadas "de favor", salvo se o for no exclusivo interesse da Companhia.

CAPÍTULO IV - DA ASSEMBLEIA GERAL –

Art. 23 - As Assembleias Gerais serão convocadas, instaladas e realizadas para os fins e na forma prevista em lei, tomando-se as deliberações com os quóruns igualmente previstos em lei.

Parágrafo Único - A Assembleia Geral será convocada pelo presidente do Conselho de Administração, e os seus trabalhos serão dirigidos pelo presidente e secretário escolhidos pelos acionistas presentes.

Art. 24 - Compete à Assembleia Geral:

- a) suspender o exercício dos direitos do acionista que deixar de cumprir obrigações impostas pela lei ou pelo Estatuto;
- b) deliberar sobre o aumento do capital social por subscrição de novas ações e sobre a emissão de quaisquer outros títulos ou valores mobiliários, no País ou no exterior, na hipótese do parágrafo 1º, do art. 7º e quando o limite do capital autorizado estiver esgotado, observadas as disposições legais estatutárias;
- c) decidir sobre o cancelamento do Registro de Companhia Aberta da Companhia perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM");

CAPÍTULO V - DO CONSELHO FISCAL –

Art. 25 - A sociedade terá um Conselho Fiscal de funcionamento não permanente, composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros e igual número de suplentes, acionistas ou não, os quais terão a remuneração, as funções e deveres obedecido o que a lei determina.

Parágrafo Único - O Conselho Fiscal será instalado mediante convocação dos acionistas, de acordo com as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

CAPÍTULO VI - DO EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DESTINAÇÃO DO LUCRO –

Art. 26 - O exercício social encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano, ao fim do qual a Diretoria fará as demonstrações financeiras previstas em lei.

Art. 27 - Do resultado do exercício, após deduções dos prejuízos acumulados e da provisão para imposto de renda, poderá ser destinado, a título de participação do Conselho de Administração e da Diretoria, parcela de até 10% (dez por cento) do mesmo, à disposição do Conselho de Administração.

Parágrafo 1º - Do lucro líquido, assim apurado, serão destinados:

- a) 5% (cinco por cento) para a Reserva Legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do Capital Social;
- b) Uma parcela, por proposta da Administração, destinada para a Reserva para Contingências, nos termos do artigo 195 Lei 6.404/76;
- c) Uma parcela, por proposta da Administração, destinada para a Reserva de Lucros a Realizar nos termos do artigo 197 Lei 6.404/76; e
- d) O valor correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado conforme as alíneas (a), (b) e (c) acima, nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, para distribuição do dividendo obrigatório aos acionistas, com a ressalva prevista no parágrafo 4º, do artigo 202 da Lei 6.404/76.

Parágrafo 2º - Após as destinações previstas no *caput* e nas alíneas (a), (b), (c) e (d) acima, o Conselho de Administração poderá propor, e a Assembleia deliberar, deduzir do saldo remanescente, uma parcela em montante não superior a 60% (sessenta por cento) do lucro líquido para a constituição de uma Reserva para Investimento e Capital de Giro, que obedecerá aos seguintes princípios:

- a) sua constituição não prejudicará o direito dos acionistas em receber o pagamento do dividendo obrigatório;
- b) seu saldo não poderá ultrapassar a 80% (oitenta por cento) do capital social. Atingido esse limite, caberá à Assembleia Geral deliberar sobre o excedente, determinando a sua distribuição aos acionistas ou o aumento do capital social da Companhia;
- c) a reserva tem por finalidade assegurar a liquidez e continuidade da Companhia, destinando estes recursos para investimentos para financiar a expansão das atividades da Companhia, a criação de novos negócios ou o acréscimo do capital de giro, inclusive amortização das dívidas da Companhia, independentemente das retenções de lucro vinculadas ao orçamento de capital, e seu saldo poderá ser utilizado:
 - i) na absorção de prejuízos, sempre que necessário;
 - ii) na distribuição de dividendos, a qualquer momento;

- iii) nas operações de resgate, reembolso ou compra de ações, autorizadas por lei;
- iv) na incorporação ao Capital Social, inclusive mediante bonificações em ações novas.

Parágrafo Terceiro - No caso de, após as destinações previstas no *caput*, nas alíneas (a), (b), (c) e (d) do Parágrafo Primeiro e no Parágrafo Segundo, houver saldo do lucro líquido do exercício, poderá o Conselho de Administração propor a sua utilização na formação de reservas de retenção de lucros (Art. 196 da Lei 6.404/76).

Art. 28 - Fica assegurado ao Conselho de Administração, entretanto, o direito de, excepcionalmente, propor à Assembleia Geral em determinados exercícios sociais uma distribuição adicional de dividendos, com base no saldo do lucro líquido do exercício que seria destinado à reserva para investimento e capital de giro e às reservas de retenção de lucros (Art. 196 da Lei 6.404/76), obtido após as deduções legais e do dividendo obrigatório, caso entenda, a seu exclusivo critério, que o saldo existente nessas reservas seja suficiente para atender as finalidades para as quais foram constituídas.

Art. 29 - Como remuneração do capital, e observadas as disposições legais, a Sociedade poderá pagar ou creditar juros aos acionistas, a título de remuneração de capital próprio. A critério do Conselho de Administração, com base nos lucros existentes e apurados em balanços regulares, estes juros poderão ser pagos mensal, trimestral, semestral ou anualmente. Por deliberação do Conselho de Administração “ad referendum” da Assembleia Geral, o valor dos juros poderá ser deduzido ou não do valor dos dividendos.

Art. 30 - A sociedade poderá levantar balanços semestrais ou de períodos menores e declarar, por deliberação do Conselho de Administração, dividendos à conta dos lucros apurados nesses balanços, observadas as prescrições legais.

CAPÍTULO VII - DA DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO –

Art. 31 - A sociedade será dissolvida e liquidada nos casos e na forma previstos em lei.

[Estatuto aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 29 de abril de 2024.]

Presidente
Adolpho Vaz de Arruda Neto

Secretário
Marcelo Freitas Pereira - Secretário

São Paulo, 28 de março 2024.
Adolpho Vaz de Arruda Neto
Presidente do Conselho de Administração

Em atendimento ao disposto nos arts. 10, inciso III, no artigo 11, artigo 12 e no 13, inciso II da Resolução CVM nº 81/22, de 29 de março de 2022, apresentamos a seguir os itens 2, 7.3 a 7.6 e 8 do Formulário de Referência (anexo C da Resolução CVM nº 80) da Mundial S/A – Produtos de Consumo.

O Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, o Parecer dos Auditores Independentes, Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras e a Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes, relativos às Demonstrações Financeiras (individuais e consolidadas), bem como as Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP do exercício de 31/12/2023 da Companhia, foram arquivados na CVM no dia 22 de março de 2024 e estão disponíveis para consulta no website da Companhia (www.mundial.com).

2. Comentários dos Diretores

2.1. Os diretores devem comentar sobre:

2023

Os comentários a seguir devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021, que foram elaboradas de acordo com os Padrões Internacionais do Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB) e com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”), incluindo pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis), aprovados pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários) e pelas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações.

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais:

A Administração da Companhia entende ser capaz a cumprir as obrigações financeiras assumidas. Outrossim, adotou medidas relevantes a fim de sanar os pontos relacionados nas notas explicativas 17 (impostos e contribuições) e 18 (empréstimos e financiamentos).

Impostos e contribuições

Para fazer frente ao passivo tributário, em reunião realizada em 26 de setembro de 2022, o Conselho de Administração autorizou a diretoria executiva da Companhia a praticar todos os atos que se fizessem necessários para concretizar o Acordo de Transação Individual, nos termos da Lei 13.988 de 14/04/2020 com a redação da Lei nº 14.375 de 21/06/2022, objetivando regularidade fiscal dos débitos da Companhia, incluindo, mas não se limitando, a prestação de garantias, de qualquer natureza.

Em 24 de fevereiro de 2023, a Companhia firmou Acordo de Transação Individual com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), nos termos da Lei nº 13.988/2020 e da Portaria PGFN nº 6.757/2022, tendo por objeto o parcelamento de um conjunto de débitos fiscais relacionados no Acordo. Este, contempla a concessão de descontos de até 65% nos juros, multas e honorários, e o aproveitamento de créditos de prejuízo fiscal e da base negativa da contribuição social, no limite de 70% do saldo remanescente após a incidência dos descontos. Ademais, exige a desistência, por parte da Companhia, das discussões administrativas e judiciais em que estiver envolvida, o cancelamento de parcelamentos existentes e as apresentações de garantias. Em relação ao saldo remanescente, o mesmo deverá ser liquidado em até 120 parcelas mensais, atualizados pela taxa SELIC dos respectivos meses.

O acordo firmado prevê ainda a possibilidade de amortização das parcelas vincendas com direitos creditórios, precatórios e recursos provenientes da venda de ativos. Durante o ano de 2023 a amortização da dívida foi no montante de R\$ 32.967 milhões, sendo que deste montante R\$ 20.056 milhões com aquisição de precatórios federais com deságio de até 30%, estratégia que pretende continuar adotando para preservar o fluxo de caixa e/ou acelerar a amortização da dívida.

Empréstimos e financiamentos

Em 31 de dezembro de 2023, o endividamento líquido (dívida bancária total deduzidas as aplicações financeiras) somou R\$ 426,5 milhões, 14,3% superior ao montante verificado no exercício anterior, de R\$ 373,2 milhões.

Com o aumento das atividades operacionais, foi necessário maior acesso a linhas de crédito para financiar o capital de giro e realizar investimentos voltados para melhorias e manutenção das unidades fabris,

investimento na unidade recém-inaugurada em Portugal, com objetivo de aumentar a participação no mercado externo e explorar oportunidades de negócios no Continente.

A maior parte do endividamento da Companhia permanece concentrada no curto prazo. Ao final de 2023, essa parcela da dívida bancária representava 93,0% do total (ante 95,8% em 2022). A Mundial analisa constantemente opções para melhor adequar sua estrutura de capital, buscando soluções para o alongamento e a redução de seu custo.

A Administração da Companhia reconhece as dificuldades de sua estrutura de capital, o elevado custo financeiro e a baixa liquidez corrente, no entanto, conforme descrito acima, com acordo firmado a junto a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN, a Administração não tem dúvida quanto à continuidade operacional dos negócios da Companhia. As negociações, ora em andamento, aliadas às perspectivas de melhora operacional, certamente conduzirão a uma nova situação de vitalidade financeira capaz de financiar de forma sustentada o crescimento das operações da Companhia.

Desempenho da Companhia em 2022

2022

Os comentários a seguir devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, que foram elaboradas de acordo com os Padrões Internacionais do Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB) e com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”), incluindo pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis), aprovados pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários) e pelas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações.

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais:

2022

A administração da Mundial entende ser capaz a cumprir as obrigações financeiras assumidas. Outrossim, adotou medidas relevantes a fim de sanar os pontos relacionados nas notas explicativas 18 (impostos e contribuições) e 17 (empréstimos e financiamentos).

Impostos e contribuições

Em 21 de junho de 2022, com a publicação da Lei nº 14.375, que alterou o texto original da Lei 13.988, de 14/04/2020, foram realizadas importantes mudanças no instrumento jurídico conhecido como transação tributária. A Companhia, em conjunto com seus assessores, atuou detidamente para avaliar os impactos da referida lei visando à celebração de um acordo de Transação Tributária que equacionasse definitivamente o passivo fiscal federal.

Em reunião realizada em 26 de setembro de 2022, o Conselho de Administração autorizou a diretoria executiva da Companhia a praticar todos os atos que se fizessem necessários para concretizar o Acordo de Transação Tributária, objetivando a regularidade fiscal dos débitos da Companhia, incluindo, mas não se limitando, a prestação de garantias, de qualquer natureza.

Ato contínuo, em 30 de setembro de 2022, a Mundial divulgou um comunicado ao mercado, informando que, na mesma data, foram protocoladas junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, propostas individuais de Transação Tributária, nos termos da Lei 13.988 de 14/04/2020 com a redação da Lei nº 14.375 de 21/06/2022, visando o parcelamento dos passivos tributários federais incluídos nas propostas.

Em 24 de fevereiro de 2023, a Companhia firmou Acordo de Transação Individual com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), nos termos da Lei nº 13.988/2020 e da Portaria PGFN nº 6.757/2022, tendo por objeto o parcelamento de um conjunto de débitos fiscais. Desse modo, o acordo contempla a concessão de descontos de até 65% nos juros, multas e honorários, além do aproveitamento de créditos de prejuízo fiscal e da base negativa da contribuição social, no limite de 70% do saldo remanescente após a incidência dos descontos. Entretanto, exige a desistência, por parte da Companhia, das discussões administrativas e judiciais em que estiver envolvida, o cancelamento de parcelamentos existentes e as apresentações de garantias. Em relação ao saldo remanescente, o mesmo deverá ser liquidado em até 120 parcelas mensais, atualizados pela taxa SELIC dos respectivos meses. Com todos os efeitos registrados em 2022.

Empréstimos e financiamentos

Em 31 de dezembro de 2022, o endividamento líquido (dívida bancária total deduzidas as aplicações financeiras) somou R\$ 373,2 milhões, 26,8% superior ao montante verificado no exercício anterior, de R\$ 294,4 milhões.

Foi necessário maior acesso a linhas de crédito para financiar o capital de giro e investimentos de modo que se pudesse fazer melhorias e realizar a manutenção das unidades fabris. Outro fator que contribuiu para o crescimento do endividamento foi o aumento de estoques em 2022, isto porque, passou de R\$ 166,2 milhões em 2021 para R\$ 202,6 milhões, obtém da alta de 21,9%. Após a pandemia muitas indústrias passaram a conviver com um cenário de disrupção na cadeia produtiva. Com o objetivo de evitar essa dificuldade e cumprir parte de sua estratégia melhorando a gestão dos custos, a Companhia tem optado em trabalhar com níveis de estoques mais altos. Além disso, outro ponto que tem influenciado o nível de estoques é a operação da Unidade Uruguai.

A Administração da Companhia reconhece as dificuldades de sua estrutura de capital, o elevado custo financeiro e a baixa liquidez corrente, no entanto, conforme descrito acima, com acordo firmado a junto a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN, a Administração não tem dúvida quanto à continuidade operacional dos negócios da Companhia. As negociações, ora em andamento, aliadas às perspectivas de melhora operacional, certamente conduzirão a uma nova situação de vitalidade financeira capaz de financiar de forma sustentada o crescimento das operações da Companhia.

Desempenho da Companhia em 2021

A Companhia tem importantes desafios a serem superados nos próximos anos, em especial a situação tributária e as obrigações financeiras assumidas.

O resultado líquido negativo da Companhia, registrado em 2021, é de R\$ 572,6 milhões e fora impactado pela reversão do ajuste a valor presente (AVP) do parcelamento REFIS, os acréscimos legais (SELIC) e adesão ao parcelamento da Transação Excepcional.

Desconsiderando os eventos não recorrentes acima destacados, a Companhia em suas operações usuais e atingiu o resultado positivo de R\$ 18,4 milhões no exercício.

Em 2021 completamos 125 anos de uma história que nos enche de orgulho! Ao longo desse período, participamos dos mais importantes acontecimentos econômicos e sociais – foram 9 diferentes moedas e 35 presidentes. Evoluímos com a sociedade e para a sociedade, buscando criar valor com inovação e eficiência. A longevidade de qualquer negócio por esse período, seja ele indústria, serviço ou comércio, em qualquer lugar do mundo, já seria motivo de celebração. Tal singularidade, torna-se ainda mais relevante ao levar-se em consideração o fato de a Mundial estar sediada em um país emergente, convivendo com desafios estruturais, burocráticos, econômicos e tributários.

Superado o conjunto de incertezas vivenciados em 2020, temos que o exercício de 2021 renovou o teste de resiliência com o qual a indústria brasileira é submetida com regularidade. Por mais um ciclo, buscamos no DNA da nossa existência e na força dos nossos colaboradores a motivação, criatividade e

comprometimento para superarmos as adversidades. Mais do que isso, fomos além, ao colocar a Mundial em outro patamar de eficiência e ousadia.

Em 2021, todas as unidades da Companhia registraram recuperação, com o mercado bastante demandante e os nossos lançamentos muito bem recebidos, em especial, àqueles relacionados ao segmento de esmaltes da marca Impala, que foram repetidos sucessos. Um dos destaques de 2021 foi o lucro bruto do segmento Metal Fasteners que cresceu 270,3% e o Pump Solutions com 97,9% de alta. Este último, acreditamos que possui grande potencial de desenvolvimento. Os lançamentos em segmentos onde passamos a atuar mais recentemente, como moto bombas e motores para piscinas e banheiras de hidromassagem, entre outros, têm encontrado excelente receptividade, pela tecnologia e design diferenciado.

Com isso, evoluímos a receita líquida em 34,4% e o lucro bruto em 46,0%, com incremento de 2.9 p.p. na lucratividade bruta, resultado de uma austeridade nos custos e redimensionamento da cadeia de fornecedores nos últimos exercícios. O Ebitda ajustado somou R\$ 130,5 milhões em 2021, ou seja, obteve avanço de 17,63% na comparação com o exercício anterior que somou R\$ 110,8 milhões.

A administração da Companhia vem atuando fortemente na reestruturação da dívida tributária, e neste sentido, em novembro de 2017 a Companhia e suas Controladas aderiram Parcelamento instituído pela Lei 13.496/2017 – Programa Especial de Regularização Tributária – PERT, permitindo parcelamentos de débitos fiscais vencidos até abril de 2017 com descontos e utilização de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social para quitação de débitos tributários.

Na mesma linha, também mantém em andamento outros parcelamentos especiais, quais sejam: Parcelamentos Especiais das Leis nº 11.941/09, nº 12.865/13 e nº 12.996/14, conforme nota explicativa 17.

Ainda neste ano, a Companhia migrou partes dos débitos indicados anteriormente no parcelamento Lei nº 9.964/00 (REFIS) para o Parcelamento Transação Excepcional, prevista na Lei nº 13.988/20, esse parcelamento possibilitou a Companhia parcelar parte do passivo tributário em até 84 parcelas com descontos que chegaram a 43% da dívida. O restante dos débitos, não parcelados nesta modalidade faz parte de negociações junto a Procuradoria da Geral da Fazenda Nacional – PGFN, podendo ser repactuados no parcelamento da Transação Tributária ou no Negócio Jurídico Processual ou também em qualquer outro parcelamento que apresente condições mais vantajosas para amortização da dívida.

Os avanços operacionais em 2021 evidenciam que estamos no caminho certo, com adoção das estratégias corretas e com o time adequado para sua execução.

A Administração da Companhia reconhece as dificuldades de sua estrutura de capital, o elevado custo financeiro e a baixa liquidez corrente, no entanto, conforme descrito acima, a Administração não tem dúvida quanto à continuidade operacional dos negócios da Companhia. As negociações, ora em andamento, aliadas às perspectivas de melhora operacional, certamente conduzirão a uma nova situação de vitalidade financeira capaz de financiar de forma sustentada o crescimento das operações da Companhia.

b. estrutura de capital

2023

Além do capital próprio, a Companhia também utiliza capital de terceiros para financiar as atividades operacionais, otimizando a estrutura de capital. O endividamento líquido reflete a exposição total das obrigações junto aos sistemas financeiros, em 31 de dezembro de 2023, somou R\$ 426,5 milhões, 14,3% superior ao montante verificado no exercício anterior, de R\$ 373,2 milhões.

Em 31 de dezembro de 2023, o índice relativo obtido pela divisão do caixa e endividamento líquido pelo patrimônio líquido foi de 290,8%, conforme demonstrado abaixo.

	Consolidado	
	2023	2022
Caixa equivalente de caixa	3.501	5.137
Empréstimos e financiamento	430.009	378.290
Endividamento líquido	426.508	373.153
Total do patrimônio líquido	146.655	158.489
Relação dívida líquida sobre patrimônio líquido (a)	290,8%	235,4%

2022

Além do capital próprio, a Companhia também utiliza capital de terceiros para financiar as atividades operacionais, otimizando a estrutura de capital. O endividamento líquido reflete a exposição total das obrigações junto aos sistemas financeiros, em 31 de dezembro de 2022, somou R\$ 373,2 milhões, 26,8% superior ao montante verificado no exercício anterior, de R\$ 294,4 milhões.

Em 31 de dezembro de 2022, o índice relativo obtido pela divisão do caixa e endividamento líquido pelo patrimônio líquido foi de 235,4%, conforme demonstrado abaixo.

	Consolidado	
	2022	2021
Caixa equivalente de caixa	5.137	4.520
Empréstimos e financiamento	378.290	298.920
Endividamento líquido	373.153	294.400
Total do patrimônio líquido	158.490	(724.003)
Relação dívida líquida sobre patrimônio líquido (a)	(235,4%)	40,7%

2021

Em 31 de dezembro de 2021, o endividamento bruto de R\$ 298,9 milhões, 52,8% superior ao montante verificado no exercício anterior que foi de R\$ 195,6 milhões. O Custo médio da dívida (R\$ 298,9 milhões) atualizados pela CDI mais taxa média 0,65% a.m. com prazo médio de até 53 meses.

Não há expectativa de Companhia propor o resgate de suas ações.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

2023

Considerando o perfil do endividamento da Companhia, a Administração tem plena capacidade de honrar com os compromissos financeiros assumidos para o próximo ano.

Em 31 de dezembro de 2023, o endividamento líquido (dívida bancária total reduzida das aplicações financeiras) somava R\$ 426,5 milhões, tal endividamento tem por finalidade financiar suas atividades operacionais e investimentos.

O nível de exposição financeira em relação a geração de caixa, demonstrada pela relação endividamento líquido/EBITDA ficou em 2,8 vezes em 2023.

2022

Considerando o perfil do endividamento da Companhia, a Administração tem plena capacidade de honrar com os compromissos financeiros assumidos para o próximo ano.

Em 31 de dezembro de 2022, o endividamento líquido (dívida bancária total reduzida das aplicações financeiras) somava R\$ 373,2 milhões, tal endividamento tem por finalidade financiar suas atividades operacionais.

O nível de exposição financeira em relação a geração de caixa, demonstrada pela relação endividamento líquido/EBITDA ficou em 2,7 vezes em 2022.

2021

Considerando o perfil do endividamento da Companhia, a Administração tem plena capacidade de honrar com os compromissos financeiros assumidos para o próximo ano.

Em 31 de dezembro de 2021, o endividamento líquido (dívida bancária total reduzida das aplicações financeiras) somava R\$ 294,4 milhões, tal endividamento tem por finalidade financiar suas atividades operacionais. O nível de exposição financeira em relação a geração de caixa, demonstrada pela relação endividamento líquido/EBITDA, ficou em 2,3 vezes em 2021.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A Companhia utiliza como fonte de financiamento de capital de giro os empréstimos e financiamentos captados no mercado. Referem-se, basicamente, a captações de recursos, no mercado interno, atualizados pelo CDI (Certificados de Depósito Interbancário) acrescido de spread.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

Não houve financiamento para investimentos em ativos não circulantes.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

- i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes**
- ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras**
- iii. grau de subordinação entre as dívidas**
- iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.**

Demonstração do endividamento financeira da Companhia e suas características

2023

Os empréstimos e financiamentos captados no mercado estão reconhecidos no passivo circulante e não circulante, mensurados, pelo valor justo do recurso, em seguida pelo custo de amortização, acrescidos encargos juros, variações monetárias, cambiais e amortizações, conforme previsto contratualmente, incorridos até as datas dos balanços. Os empréstimos captados no mercado têm a finalidade de financiar o capital de giro, e manutenção preventiva do parque fabril e investimentos em automação industrial na Companhia e suas controladas.

Empréstimos e financiamentos

Em 31 de dezembro de 2023, existem obrigações decorrentes de financiamento, no valor de R\$ 430,0 milhões (R\$ 378,3 milhões, em 31/12/2022), com um custo de captação reconhecido em 2023 e 2022 de R\$ 106,8 milhões e R\$ 92,1 milhões consecutivamente, notas explicativas 18 e 26.

Modalidade	Prazo de até	Consolidado	
		2023	2022
Capital de giro	34 m.	138.925	116.228
Desconto de duplicatas	-	274.222	257.781
Adiantamento de câmbio - ACC/ACE	3 m.	13.515	1.461
Fiança	-	-	62
Arrendamento mercantil financeiro	44 m.	3.347	2.758
		430.009	378.290
Passivo circulante		399.753	362.330
Passivo não circulante		30.256	15.960
		430.009	378.290

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Ano	Consolidado
2025	25.199
2026	4.880
2027	177
	30.256

2022

Os empréstimos e financiamentos captados no mercado estão reconhecidos no passivo circulante e não circulante, mensurados, pelo valor justo no recebimento do recurso, em seguida pelo custo de amortização, acrescidos encargos juros, variações monetárias, cambiais e amortizações, conforme previsto contratualmente, incorridos até as datas dos balanços. Os empréstimos captados no mercado têm a finalidade de financiar o capital de giro, e manutenção preventiva do parque fabril e investimentos em automação industrial na Companhia e suas controladas.

Empréstimos e financiamentos

Em 31 de dezembro de 2022, existem obrigações decorrentes de financiamento, no valor de R\$ 378,3 milhões (R\$ 298,9 milhões, em 31/12/2021), com um custo de captação reconhecido em 2022 e 2021 de R\$ 97,8 milhões e R\$ 54,4 milhões consecutivamente, notas explicativas 18 e 26.

Modalidade	Taxa média do contrato	Taxa efetiva % a.m.*	Prazo de até	Consolidado	
				2022	2021
Capital de giro	CDI + 0,64% a.m.	1,71%	35 m.	116.228	118.327
Desconto de duplicatas	CDI + 0,68% a.m.	1,75%	-	257.781	174.659
Adiantamento de câmbio - ACC/ACE	VC + 1,17% a.m.	0,80%	2 m.	1.461	1.911
Fiança	CDI - 0,39% a.m.	0,68%	8 m.	62	488
Arrendamento mercantil financeiro/Finame	CDI + 0,13% a.m.	1,20%	48 m.	2.758	3.535
				378.290	298.920
Passivo circulante				362.330	278.488
Passivo não circulante				15.960	20.432
				378.290	298.920

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Ano	Consolidado
2024	13.558
2025	2.037
2026	365
	15.960

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Evolução dos financiamentos contratados	2023	2022	2021
Valor inicial contratado	7.200	5.750	4.677
Saldo devedor atualizado	4.568	3.562	4.342
% já utilizado	63,45%	61,95%	75,48%

h. alterações significativas em itens das demonstrações de resultados e de fluxo de caixa

As alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras consolidadas de 2023 da Companhia estão evidenciadas abaixo:

Análise do Balanço Patrimonial (2023-2022)

Ativo 2023

Mundial S.A. - Produtos de Consumo

Balanço patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	Consolidado							
	2023	Análise Vertical 2023	2022	Análise Vertical 2022	2021	Análise Vertical 2021	Análise horizontal 23x22	Análise horizontal 22x21
Ativo circulante								
Caixa e equivalente de caixa aplicação financeira	3.501	0,26%	5.137	0,40%	4.520	0,36%	-31,85%	13,65%
Clientes	285.119	21,12%	224.764	17,49%	219.906	17,62%	26,85%	2,21%
Provisão para perda estimada	(11.361)	-0,84%	(7.306)	-0,57%	(5.660)	-0,45%	55,50%	29,08%
Estoques	194.618	14,42%	202.580	15,76%	166.247	13,32%	-3,93%	21,85%
Impostos a recuperar	25.590	1,90%	19.970	1,55%	16.390	1,31%	28,14%	21,84%
Títulos a receber	1.618	0,12%	2.202	0,17%	2.202	0,18%	-26,52%	0,00%
Outras contas a receber	15.684	1,16%	17.430	1,36%	14.509	1,16%	-10,02%	20,13%
Total ativo circulante	514.769	38,13%	464.777	36,16%	418.114	33,50%	10,76%	11,16%
Ativo não circulante								
Clientes	5.251	0,39%	-	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Títulos a receber	-	0,00%	2.458	0,19%	15.703	1,26%	-100,00%	-84,35%
Partes relacionadas	4.852	0,36%	6.977	0,54%	27.052	2,17%	-30,46%	-74,21%
Impostos a recuperar	42.980	3,18%	39.142	3,05%	33.112	2,65%	9,81%	18,21%
Direitos creditórios	201.939	14,96%	191.673	14,91%	180.525	14,46%	5,36%	6,18%
Imposto de renda e contribuição social diferido	2.193	0,16%	-	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Outras contas a receber	22.336	1,65%	28.407	2,21%	19.963	1,60%	-21,37%	42,30%
Debêntures a receber	324.582	24,04%	324.582	25,26%	324.582	26,01%	0,00%	0,00%
Propriedades para investimentos	57.874	4,29%	57.874	4,50%	64.259	5,15%	0,00%	-9,94%
Outros investimentos	424	0,03%	484	0,04%	484	0,04%	-12,40%	0,00%
Imobilizado	145.710	10,79%	140.959	10,97%	135.439	10,85%	3,37%	4,08%
Intangível	27.064	2,09%	27.885	2,17%	28.811	2,31%	-2,94%	-3,21%
Total ativo não circulante	835.205	61,87%	820.441	63,84%	829.930	66,50%	1,80%	-1,14%
Total do Ativo	1.349.974	100,00%	1.285.218	100,00%	1.248.044	100,00%	5,04%	2,98%

Clientes: A variação de 26,8% em relação a 2022, pode ser explicada pelo aumento do faturamento.

Provisão para perda estimada: Apresentou um incremento de 55,5% em relação a 2022, representando 4% sobre o saldo de clientes a receber de 2023 e 3,3% em relação a 2022. A constituição das perdas estimadas está fundamentada em uma análise individual de todos os títulos por parte da Administração com o apoio da assessoria jurídica de cobrança da Companhia.

Impostos a recuperar circulante e não circulante: A variação de 24,4 % no ativo circulante e 9,8% ativo não circulante em relação a 2022, refere-se basicamente a ICMS, PIS e COFINS, gerados na operação.

Direitos creditórios: A variação de 5,4%, quando comparada com 2022 na conta direitos creditórios, corresponde a atualização do saldo pelo IPCA -E.

Títulos a receber: A redução em relação a 2022 em variação absoluta de R\$ 3,0 milhões, corresponde ao recebimento pela venda de forma parcelada de um imóvel realizado em 2015.

Outros conta a receber não circulante: Constituída em parte por depósitos e bloqueios judiciais cíveis trabalhistas e tributárias, variação negativa de 21,37% em relação a 2022 os depósitos judiciais tributários estão atrelados a nota explicativa 17, item "b", que são convertidos, no momento oportuno, em redução do passivo tributário federal.

Passivo 2023

Passivo	2023	Análise Vertical 2023	2022	Análise Vertical 2022	2021	Análise Vertical 2020	Análise horizontal 23x22	Análise horizontal 22x21
Passivo circulante								
Fornecedores	91.117	6,75%	71.303	5,55%	78.969	6,33%	27,79%	-9,71%
Impostos e contribuições sociais	143.725	10,65%	132.429	10,30%	1.203.213	96,41%	8,53%	-88,99%
Empréstimos e financiamentos	399.753	29,61%	362.330	28,19%	278.488	22,31%	10,33%	30,11%
Salários e ordenados	23.578	1,75%	21.380	1,66%	20.238	1,62%	10,28%	5,64%
Outras contas a pagar	22.498	1,67%	21.909	1,70%	24.145	1,93%	2,69%	-9,26%
Total passivo circulante	680.671	50,42%	609.351	47,41%	1.605.053	128,61%	11,70%	-62,04%
Passivo não circulante								
Empréstimos e financiamentos	30.256	2,24%	15.960	1,24%	20.432	1,64%	89,57%	-21,89%
Impostos e contribuições sociais	457.541	33,89%	450.078	35,02%	294.298	23,58%	1,66%	52,93%
Provisões para contingências	5.219	0,39%	4.508	0,35%	5.413	0,43%	15,77%	-16,72%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	29.601	2,19%	46.392	3,61%	44.794	3,59%	-36,19%	3,57%
Outras contas a pagar	31	0,00%	440	0,03%	2.058	0,16%	-92,95%	-78,62%
Total passivo não circulante	522.648	38,72%	517.378	40,26%	366.995	29,41%	1,02%	40,98%
Patrimônio líquido								
Capital social	43.794	3,24%	43.794	3,41%	43.794	3,51%	0,00%	0,00%
(-) Ações em Tesouraria	(36)	0,00%	(36)	0,00%	(36)	0,00%	0,00%	0,00%
Reservas de reavaliação	19.978	1,48%	20.655	1,61%	21.348	1,71%	-3,28%	-3,25%
Reserva de lucros	54.302	4,02%	54.302	4,23%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Resultados acumulados	(6.150)	-0,46%	-	0,00%	(832.479)	-66,70%	0,00%	-100,00%
Ajustes de avaliação patrimonial	32.873	2,44%	32.873	2,56%	36.969	2,96%	0,00%	-11,08%
Outros resultados abrangentes	1.887	0,14%	6.894	0,54%	6.393	0,51%	-72,63%	7,84%
Total do patrimônio líquido dos controladores	146.648	10,86%	158.482	12,33%	(724.011)	-58,01%	-7,47%	-121,89%
Participações dos não controladores	7	0,00%	7	0,00%	7	0,00%	0,00%	0,00%
Total do patrimônio líquido	146.655	10,86%	158.489	12,33%	(724.004)	-58,01%	-7,47%	-121,89%
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	1.349.974	100,00%	1.285.218	100,00%	1.248.044	100,00%	5,04%	2,98%

Fornecedores: A variação de 27,8% em relação ao ano de 2022 pode ser explicado em função do crescimento do faturamento e necessidade de composição dos estoques.

Empréstimos e financiamentos circulantes e não circulante: A variação no circulante de 10,3% e 89,6% no não circulante necessário para financiar o capital de giro e investimentos para melhorias e manutenção das unidades fabris e contribuiu para o crescimento do aumento de estoques.

Imposto de renda e Contribuição social diferido: Variação absoluta de R\$ 16.791 milhões pode ser explicada pela realização da reserva de avaliação patrimonial pela baixa de um imóvel realizada em 2022.

Resultado 2023

Mundial S.A. - Produtos de Consumo
Demonstrações de resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	Consolidado							
	2023	Análise Vertical 2023	2022	Análise Vertical 2022	2021	Análise Vertical 2021	Análise horizontal 23x22	Análise horizontal 22x21
Receita líquida de vendas e serviços	836.065	100,00%	761.241	100,00%	691.075	100,00%	9,83%	10,15%
Custos de vendas e serviços	(520.937)	-62,31%	(477.715)	-62,75%	(438.162)	-63,40%	9,05%	9,03%
Lucro bruto	315.128	37,69%	283.526	37,25%	252.913	36,60%	11,15%	12,10%
Despesas operacionais								
Com vendas	(180.189)	-21,55%	(153.239)	-20,13%	(134.644)	-19,48%	17,59%	13,81%
Gerais e administrativas	(46.335)	-5,54%	(40.602)	-5,33%	(30.909)	-4,47%	14,12%	31,36%
Remuneração dos administradores	(3.195)	-0,38%	(2.385)	-0,31%	(1.288)	-0,19%	33,96%	85,17%
Outras receitas e despesas operacionais	18.086	2,16%	4.041	0,53%	9.407	1,36%	347,56%	-57,04%
	(211.633)	-25,31%	(192.185)	-25,25%	(157.434)	-22,78%	10,12%	22,07%
Lucro operacional antes do resultado das participações em controladas e do resultado financeiro	103.495	12,38%	91.341	12,00%	95.479	13,82%	13,31%	-4,33%
Resultado financeiro								
Receitas financeiras	38.183	4,57%	32.300	4,24%	24.835	3,59%	18,21%	30,06%
Despesas financeiras-giro	(113.416)	-13,57%	(97.847)	-12,85%	(54.507)	-7,89%	15,91%	79,51%
Outras despesas financeiras	(47.071)	-5,63%	(72.513)	-9,53%	(32.912)	-4,76%	-35,09%	120,32%
Resultado financeiro não recorrente	-	0,00%	652.132	85,67%	(591.015)	-85,52%	-100,00%	-210,34%
	(122.304)	-14,63%	514.072	67,53%	(653.599)	-94,58%	-123,79%	-178,65%
Lucro (prejuízo) operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	(18.809)	-2,25%	605.413	79,53%	(558.120)	-80,76%	-103,11%	-208,47%
Imposto de renda e contribuição social	11.982	1,43%	276.579	36,33%	(14.521)	-2,10%	-95,67%	-2004,68%
Participação dos minoritários	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(6.827)	-0,82%	881.992	115,86%	(572.641)	-82,86%	-100,77%	-254,02%

Receita líquida: A variação positiva de 9,8% em relação a 2022 pode ser explicada pelo aumento no volume de vendas e o bom desempenho no faturamento em quase todas as unidades da Companhia.

Despesas operacionais: As despesas operacionais alcançaram R\$ 211,6 milhões em 2023, 10,1% maior que os R\$ 192,2 milhões verificados em 2022. Totalizando R\$ 180,2 milhões no ano, as despesas com vendas tiveram alta de 17,6%, principalmente em função do aumento de comissões e fretes, a partir das maiores vendas, e pressão da inflação.

As despesas gerais e administrativas somaram R\$ 46,3 milhões em 2023, 14,2% acima dos R\$ 40,6 milhões em 2022, refletindo basicamente gastos com consultorias e assessores jurídicos utilizados para o acordo firmado com PGFN, além de também serem influenciadas pela inflação do período.

No grupo de outras receitas ou despesas operacionais, o valor corresponde, em quase sua totalidade, a créditos tributários extemporâneos e deságio em precatórios utilizados para a amortização da transação de equacionamento dos débitos fiscais, dentro do acordo firmado com a PGFN. A Companhia tem utilizado a estratégia de adquirir títulos precatórios com deságio para o pagamento das parcelas, reduzindo ainda mais o custo financeiro de tais pagamentos.

Despesas financeira de giro: As despesas financeiras de capital de giro totalizaram R\$ 113,4 milhões em 2023, obtendo o incremento de 13,9% na comparação com os R\$ 97,8 milhões reportados em 2022. crescimento refletido em função do aumento do endividamento de capital de giro.

Outras despesas financeiras: com redução de 35,9%, que pode ser explicada em decorrência do acordo firmado com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN sobre o passivo tributário parcelado na Transação Individual.

Resultado Líquido:

No ano de 2023 a despeito do avanço do desempenho operacional, com crescimento da receita líquida, menor custo e maior EBITDA, além dos incrementos da rentabilidade bruta e margem EBITDA, em 2023, a Mundial registrou resultado líquido negativo de R\$ 6,8 milhões no ano.

O resultado segue impactado pelas despesas financeiras, mas em patamar distinto do observado no ano anterior.

Análise do Balanço Patrimonial (2022-2021)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	Consolidado							
	2022	Análise Vertical 2022	2021	Análise Vertical 2021	2020	Análise Vertical 2020	Análise horizontal 22x21	Análise horizontal 21x20
Ativo circulante								
Caixa e equivalente de caixa aplicação financeira	5.137	0,40%	4.520	0,36%	6.929	0,62%	13,65%	-34,77%
Clientes	224.764	17,49%	219.906	17,62%	196.233	17,68%	2,21%	12,06%
Provisão para perda estimada	(7.306)	-0,57%	(5.660)	-0,45%	(5.236)	-0,47%	29,08%	8,10%
Estoques	202.580	15,76%	166.247	13,32%	85.482	7,70%	21,85%	94,48%
Impostos a recuperar	19.970	1,55%	16.390	1,31%	13.727	1,24%	21,84%	19,40%
Títulos a receber	2.202	0,17%	2.202	0,18%	2.202	0,20%	0,00%	0,00%
Outras contas a receber	17.430	1,36%	14.509	1,16%	17.614	1,59%	20,13%	-17,63%
Total ativo circulante	464.777	36,16%	418.114	33,50%	316.951	28,56%	11,16%	31,92%
Ativo não circulante								
Títulos a receber	2.458	0,19%	15.703	1,26%	15.703	1,41%	-84,35%	0,00%
Partes relacionadas	6.977	0,54%	27.052	2,17%	20.086	1,81%	-74,21%	34,68%
Impostos a recuperar	39.142	3,05%	33.112	2,65%	25.357	2,28%	18,21%	30,58%
Direitos creditórios	191.673	14,91%	180.525	14,46%	163.031	14,69%	6,18%	10,73%
Outras contas a receber	28.407	2,21%	19.963	1,60%	18.051	1,63%	42,30%	10,59%
Debêntures a receber	324.582	25,26%	324.582	26,01%	324.582	29,24%	0,00%	0,00%
Propriedades para investimentos	57.874	4,50%	64.259	5,15%	64.259	5,79%	-9,94%	0,00%
Outros investimentos	484	0,04%	484	0,04%	544	0,05%	0,00%	-11,03%
Imobilizado	140.959	10,97%	135.439	10,85%	131.518	11,85%	4,08%	2,98%
Intangível	27.885	2,17%	28.811	2,31%	29.809	2,69%	-3,21%	-3,35%
Total ativo não circulante	820.441	63,84%	829.930	66,50%	792.940	71,44%	-1,14%	4,66%
Total do Ativo	1.285.218	100,00%	1.248.044	100,00%	1.109.891	100,00%	2,98%	12,45%

Ativo 2022

Caixa e equivalente de caixa aplicação financeira: Incluem Certificados de Depósitos Bancários - CDB, em 2022, a Companhia apresentou uma variação em relação a 2021 de 13,7%, as receitas geradas por estes investimentos são registradas como receita financeira.

Provisão para perda estimada: Apresentou uma variação de 29,1% em relação a 2021. A constituição das perdas estimadas está fundamentada em uma análise individual de todos os títulos por parte da Administração com o apoio da assessoria jurídica de cobrança da Companhia.

Estoques: A rubrica apresentou aumento de 21,9% em relação a 2022, O aumento dos estoques faz parte de sua estratégia de melhor gestão dos custos. A Companhia tem optado em trabalhar com níveis de estoques mais altos. Além disso, outro ponto que tem influenciado o nível de estoques são os estoques de produtos importados.

Impostos a recuperar circulante e não circulante: A variação de 21,8 % no ativo circulante e 18,2% ativo não circulante em relação a 2021, corresponde ao saldo de crédito apurado na própria operação, a ser utilizado no decorrer das atividades operacionais.

Direitos creditórios: A variação de 6,1%, quando comparada com 2021 na conta direitos creditórios, corresponde a atualização do saldo pelo IPCA -E.

Títulos a receber: A redução em relação a 2021 em variação absoluta de R\$ 13,3 milhões, corresponde à constituída provisão para perda de valor recuperável, nota explicativa 9.

Outros conta a receber não circulante: Constituída em parte por depósitos e bloqueios judiciais cíveis trabalhistas e tributárias, com variação de 42,3% em relação a 2022 os depósitos judiciais tributários estão atrelados a nota explicativa 17, item “b”, que serão convertidos, no momento oportuno, em redução do passivo tributário federal.

Passivo	Consolidado							
	2022	Análise Vertical 2021	2021	Análise Vertical 2020	2020	Análise Vertical 2020	Análise horizontal 22x21	Análise horizontal 21x20
Passivo circulante								
Fornecedores	71.303	5,55%	78.969	6,33%	72.104	6,50%	-9,71%	9,52%
Impostos e contribuições sociais	132.429	10,30%	1.203.213	96,41%	651.201	58,67%	-88,99%	84,77%
Empréstimos e financiamentos	362.330	28,19%	278.488	22,31%	171.816	15,48%	30,11%	62,09%
Salários e ordenados	21.380	1,66%	20.238	1,62%	23.575	2,12%	5,64%	-14,15%
Outras contas a pagar	21.909	1,70%	24.145	1,93%	19.544	1,76%	-9,26%	23,54%
Total passivo circulante	609.351	47,41%	1.605.053	128,61%	938.240	84,53%	-62,04%	71,07%
Passivo não circulante								
Empréstimos e financiamentos	15.960	1,24%	20.432	1,64%	23.831	2,15%	-21,89%	-14,26%
Impostos e contribuições sociais	450.078	35,02%	294.298	23,58%	245.319	22,10%	52,93%	19,97%
Provisões para contingências	4.508	0,35%	5.413	0,43%	4.649	0,42%	-16,72%	16,43%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	46.392	3,61%	44.794	3,59%	46.879	4,22%	3,57%	-4,45%
Outras contas a pagar	440	0,03%	2.058	0,16%	3.757	0,34%	-78,62%	-45,22%
Total passivo não circulante	517.378	40,26%	366.995	29,41%	324.435	29,23%	40,98%	13,12%
Patrimônio líquido								
Capital social	43.794	3,41%	43.794	3,51%	43.794	3,95%	0,00%	0,00%
(-) Ações em Tesouraria	(36)	0,00%	(36)	0,00%	(36)	0,00%	0,00%	0,00%
Reservas de reavaliação	20.655	1,61%	21.348	1,71%	22.085	1,99%	-3,25%	-3,34%
Resultados acumulados	54.302	4,23%	(832.479)	-66,70%	(260.575)	-23,48%	-106,52%	219,48%
Ajustes de avaliação patrimonial	32.873	2,56%	36.969	2,96%	36.969	3,33%	-11,08%	0,00%
Outros resultados abrangentes	6.894	0,54%	6.393	0,51%	4.972	0,45%	7,84%	28,58%
Total do patrimônio líquido dos controladores	158.482	12,33%	(724.011)	-58,01%	(152.791)	-13,77%	-121,89%	373,86%
Participações dos não controladores	7	0,00%	7	0,00%	7	0,00%	0,00%	0,00%
Total do patrimônio líquido	158.489	12,33%	(724.004)	-58,01%	(152.784)	-13,77%	-121,89%	373,87%
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	1.285.218	100,00%	1.248.044	100,00%	1.109.891	100,00%	2,98%	12,45%

Passivo 2022

Impostos e contribuições sociais circulante e não circulante: a redução em variação absoluta de R\$ 915.004 milhões corresponde ao resultado dos efeitos na adesão ao parcelamento Transação Tributária Individual com a Procuradora da Geral da Receita Federal nota explicativa 17.

Empréstimos e financiamentos circulantes e não circulante: A variação no circulante de 30,1% e 21,9 no não circulante necessário para financiar o capital de giro e investimentos para melhorias e manutenção das unidades fabris e contribuiu para o crescimento do aumento de estoques.

Demonstrações de resultados
(Em milhares de Reais)

	Consolidado							
	2022	Análise Vertical 2021	2021	Análise Vertical 2020	2020	Análise Vertical 2020	Análise horizontal 22x21	Análise horizontal 21x20
Receita líquida de vendas e serviços	761.241	100,00%	691.075	100,00%	514.279	100,00%	10,15%	34,38%
Custos de vendas e serviços	(477.715)	-62,75%	(438.162)	-63,40%	(341.089)	-66,32%	9,03%	28,46%
Lucro bruto	283.526	37,25%	252.913	36,60%	173.190	33,68%	12,10%	46,03%
Despesas operacionais								
Com vendas	(153.239)	-20,13%	(134.644)	-19,48%	(101.069)	-19,65%	13,81%	33,22%
Gerais e administrativas	(40.602)	-5,33%	(30.909)	-4,47%	(26.987)	-5,25%	31,36%	14,53%
Remuneração dos administradores	(2.385)	-0,31%	(1.288)	-0,19%	(1.271)	-0,25%	85,17%	1,34%
Outras receitas e despesas operacionais	4.041	0,53%	9.407	1,36%	4.449	0,87%	-57,04%	111,44%
	(192.185)	-25,25%	(157.434)	-22,78%	(124.878)	-24,28%	22,07%	26,07%
Lucro operacional antes do resultado das participações em controladas e do resultado financeiro	91.341	12,00%	95.479	13,82%	48.312	9,39%	-4,33%	97,63%
Resultado financeiro								
Receitas financeiras	32.300	4,24%	24.835	3,59%	14.879	2,89%	30,06%	66,91%
Despesas financeiras-giro	(97.847)	-12,85%	(54.507)	-7,89%	(41.216)	-8,01%	79,51%	32,25%
Outras despesas financeiras	(72.513)	-9,53%	(32.912)	-4,76%	(21.683)	-4,22%	120,32%	51,79%
Resultado financeiro não recorrente	652.132	85,67%	(591.015)	-85,52%	-	0,00%	100,00%	0,00%
	514.072	67,53%	(653.599)	-94,58%	(48.020)	-9,34%	-178,65%	1261,10%
Lucro (prejuízo) operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	605.413	79,53%	(558.120)	-80,76%	292	0,06%	-208,47%	-191236,89%
Imposto de renda e contribuição social	276.579	36,33%	(14.521)	-2,10%	(9.253)	-1,80%	-2004,68%	56,93%
Participação dos minoritários	-	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	-100,00%	0,00%
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	881.992	115,86%	(572.641)	-82,86%	(8.961)	-1,74%	-254,02%	6290,37%

Resultado 2022

Receita líquida: A variação positiva de 10,2% em relação a 2021 pode ser explicada pelo aumento no volume de vendas e o bom desempenho no faturamento em todo as unidades da Companhia.

Despesas operacionais: As despesas operacionais alcançaram R\$ 192,2 milhões em 2022, 22,1% maior que os R\$ 157,4 milhões verificados em 2021. Essa variação pode ser explicada (i) a provisão de perdas de R\$ 13,3 milhões que corresponde à venda da unidade de motores elétricos em 2004 à Metalcorte, hoje Voges Metalurgia Ltda, cuja falência foi decretada pela justiça; (ii) gastos com consultorias e assessores jurídicos utilizados para o acordo firmado com PGFN.

Receita financeira: Variação em relação a 2021 de 30,0% corresponde a atualização dos direitos creditórios e ajuste a valor presente.

Despesas financeira de giro: As despesas financeiras de capital de giro totalizaram R\$ 97,8 milhões em 2022, obtendo o incremento de 79,5% na comparação com os R\$ 54,5 milhões reportados em 2021. O crescimento das despesas refletiu: (i) o aumento da taxa básica de juros; e (ii) um maior endividamento de capital de giro.

Outras despesas financeiras: com variação de 120,3% em relação a 2021 corresponde a atualização do passivo tributário atrelados à taxa de juros SELIC.

Outros resultados financeiros não recorrente: O montante de R\$ 652,1 corresponde aos efeitos líquidos na adesão ao Parcelado Transação Tributária Individual nota explicativa 17.

Imposto de renda e contribuição social: o montante de R\$ 276,6 milhões, sendo que R\$ 288,9, milhões corresponde ao imposto de renda e contribuição social ativa e indicado no parcelamento transação tributária, detalhados na nota explicativa 17.

Resultado Líquido: Os exercícios encerrados em 2022 e 2021 foram impactados por eventos não recorrentes que alteraram significativamente o resultado da Companhia.

Em 2022, com o reconhecimento dos efeitos da Transação Tributária firmada junto a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, a Companhia registrou lucro líquido de R\$ 882,0 milhões.

Desconsiderando os eventos não recorrentes, a Companhia atingiu o resultado negativo em 2022 de R\$ 59,0 milhões ante um resultado positivo de R\$ 18,4 milhões em 2021.

Análise do Balanço Patrimonial (2021-2020)

Mundial S.A. - Produtos de Consumo

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

	Consolidado							
	2021	Análise Vertical 2021	2020	Análise Vertical 2020	2019	Análise Vertical 2019	Análise horizontal 2021x2020	Análise horizontal 2020x2019
Ativo circulante								
Caixa e equivalente de caixa	4.340	0,35%	3.903	0,35%	2.220	0,21%	11,19%	75,81%
Aplicações financeiras	180	0,01%	3.026	0,27%	2.329	0,22%	-94,05%	29,93%
Clientes	219.906	17,62%	196.233	17,68%	161.921	15,61%	12,06%	21,19%
Provisão para perda estimada	(5.660)	-0,45%	(5.236)	-0,47%	(8.477)	-0,82%	8,11%	-38,23%
Estoques	166.247	13,32%	85.482	7,70%	76.408	7,37%	94,48%	11,88%
Impostos a recuperar	16.390	1,31%	13.727	1,24%	9.670	0,93%	19,40%	41,95%
Títulos a receber	2.202	0,18%	2.202	0,20%	2.202	0,21%	0,00%	0,00%
Outras contas a receber	14.509	1,16%	17.614	1,59%	15.268	1,47%	-17,63%	15,37%
Total ativo circulante	418.114	33,50%	316.951	28,56%	261.541	25,22%	31,92%	21,19%
Ativo não circulante								
Títulos a receber	15.703	1,26%	15.703	1,41%	15.703	1,51%	0,00%	0,00%
Partes relacionadas	27.052	2,17%	20.086	1,81%	18.032	1,74%	34,68%	11,39%
Impostos a recuperar	33.112	2,65%	25.357	2,28%	21.873	2,11%	30,58%	15,93%
Direitos creditórios	180.525	14,46%	163.031	14,69%	153.751	14,83%	10,73%	6,04%
Outras contas a receber	19.963	1,60%	18.051	1,63%	16.740	1,61%	10,59%	7,83%
Debêntures a receber	324.582	26,01%	324.582	29,24%	324.582	31,30%	0,00%	0,00%
Propriedades para investimentos	64.259	5,15%	64.259	5,79%	63.509	6,12%	0,00%	1,18%
Outros investimentos	484	0,04%	544	0,05%	524	0,05%	-11,03%	3,82%
Imobilizado	135.439	10,85%	131.518	11,85%	129.900	12,53%	2,98%	1,25%
Intangível	28.811	2,31%	29.809	2,69%	30.927	2,98%	-3,35%	-3,61%
Total ativo não circulante	829.930	66,50%	792.940	71,44%	775.541	74,78%	4,66%	2,24%
Total do Ativo	1.248.044	100,00%	1.109.891	100,00%	1.037.082	100,00%	12,45%	7,02%

Ativo 2021

Cliente: A variação positiva de 12,6% em relação ao ano de 2020 pode ser explicada pelo aumento do faturamento apresentado em todas as unidades da Companhia em 2021.

Estoques: A rubrica apresentou aumento de 94,5% em relação a 2020 esse aumento corresponde principalmente ao estoque de mercadorias importadas com a finalidade formação giro dos estoques das linhas Food Service e Crafts.

Impostos a recuperar circulante e não circulante: A variação de 19,4 % no ativo circulante e 30,6% ativo não circulante em relação a 2020, corresponde ao saldo de crédito apurado na própria operação, a ser utilizado no decorrer das atividades operacionais.

Direitos creditórios: A variação de 10,7% quando comparada com 2020 na conta direitos creditórios corresponde a atualização do saldo pelo IPCA -E.

Passivo	Consolidado							
	2021	Análise Vertical 2021	2020	Análise Vertical 2020	2019	Análise Vertical 2019	Análise horizontal 2021x2020	Análise horizontal 2020x2019
Passivo circulante								
Fornecedores	78.969	6,33%	72.104	6,50%	47.349	4,57%	9,52%	52,28%
Impostos e contribuições sociais	1.203.213	96,41%	651.201	58,67%	621.207	59,90%	84,77%	4,83%
Empréstimos e financiamentos	278.488	22,31%	171.816	15,48%	196.955	18,99%	62,09%	-12,76%
Salários e ordenados	20.238	1,62%	23.575	2,12%	17.045	1,64%	-14,15%	38,31%
Outras contas a pagar	24.145	1,93%	19.544	1,76%	20.801	2,01%	23,54%	-6,04%
Total passivo circulante	1.605.053	128,61%	938.240	84,53%	903.357	87,11%	71,07%	3,86%
Passivo não circulante								
Empréstimos e financiamentos	20.432	1,64%	23.831	2,15%	6.550	0,63%	-14,26%	263,83%
Impostos e contribuições sociais	294.298	23,58%	245.319	22,10%	216.533	20,88%	19,97%	13,29%
Partes relacionadas	-	0,00%	-	0,00%	176	0,02%	0,00%	0,00%
Provisões para contingências	5.413	0,43%	4.649	0,42%	4.070	0,39%	16,42%	14,23%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	44.794	3,59%	46.879	4,22%	46.351	4,47%	-4,45%	1,14%
Outras contas a pagar	2.058	0,16%	3.757	0,34%	5.358	0,52%	-45,22%	-29,88%
Total passivo não circulante	366.995	29,41%	324.435	29,23%	279.038	26,91%	13,12%	16,27%
Patrimônio líquido								
Capital social	43.794	3,51%	43.794	3,95%	43.794	4,22%	0,00%	0,00%
(-) Ações em Tesouraria	(36)	0,00%	(36)	0,00%	(36)	0,00%	0,00%	0,00%
Reservas de reavaliação	21.348	1,71%	22.085	1,99%	22.853	2,20%	-3,34%	-3,36%
Resultados acumulados	(832.479)	-66,70%	(260.575)	-23,48%	(252.382)	-24,34%	219,48%	3,25%
Ajustes de avaliação patrimonial	36.969	2,96%	36.969	3,33%	36.969	3,56%	0,00%	0,00%
Outros resultados abrangentes	6.393	0,51%	4.972	0,45%	3.482	0,34%	28,59%	42,79%
Total do patrimônio líquido dos controladores	(724.011)	-58,01%	(152.791)	-13,77%	(145.320)	-14,01%	373,86%	5,14%
Participações dos não controladores	7	0,00%	7	0,00%	7	0,00%	0,00%	0,00%
Total do patrimônio líquido	(724.004)	-58,01%	(152.784)	-13,77%	(145.313)	-14,01%	373,87%	5,14%
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	1.248.044	100,00%	1.109.891	100,00%	1.037.082	100,00%	12,45%	7,02%

Passivo 2021

Impostos e contribuições sociais: A variação nesta rubrica de 84,8% em relação a 2020, corresponde a reversão do ajuste a valor presente (AVP), os acréscimos legais (SELIC), dos débitos anteriormente indicados no parcelamento REFIS/00, conforme detalhado na explicação na nota 17, item "h".

Empréstimos e financiamentos: O saldo de empréstimos e financiamento no passivo circulante de R\$ 278 milhões é 62% acima do apresentado em 2020 e justifica-se pelo incremento da produção, investimentos e modernização no parque fabril e ampliação nos estoques.

Resultado 2021

Mundial S.A. - Produtos de Consumo

Demonstrações de resultados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

	2021	Análise Vertical 2021	2020	Análise Vertical 2020	Consolidado			
					2019	Análise Vertical 2019	Análise horizontal 2021x2020	Análise horizontal 2020x2019
Receita líquida de vendas e serviços	691.075	100,00%	514.279	100,00%	485.894	100,00%	34,38%	5,84%
Custos de vendas e serviços	(438.162)	-63,40%	(341.089)	-66,32%	(322.361)	-66,34%	28,46%	5,81%
Lucro bruto	252.913	36,60%	173.190	33,68%	163.533	33,66%	46,03%	5,91%
Despesas operacionais								
Com vendas	(134.644)	-19,48%	(101.069)	-19,65%	(95.869)	-19,73%	33,22%	5,42%
Gerais e administrativas	(30.909)	-4,47%	(26.987)	-5,25%	(28.846)	-5,94%	14,53%	-6,44%
Remuneração dos administradores	(1.288)	-0,19%	(1.271)	-0,25%	(2.325)	-0,48%	1,34%	-45,33%
Outras receitas e despesas operacionais	9.407	1,36%	4.449	0,87%	18.870	3,88%	111,44%	-76,42%
	(157.434)	-22,78%	(124.878)	-24,28%	(108.170)	-22,26%	26,07%	15,45%
Lucro operacional antes do resultado das participações em controladas e do resultado financeiro	95.479	13,82%	48.312	9,39%	55.363	11,39%	97,63%	-12,74%
Resultado financeiro								
Receitas financeiras	24.835	3,59%	14.879	2,89%	13.261	2,73%	66,91%	12,20%
Despesas financeiras-giro	(54.507)	-7,89%	(41.216)	-8,01%	(55.002)	-11,32%	32,25%	-25,06%
Outras despesas financeiras	(32.912)	-4,76%	(21.683)	-4,22%	(26.753)	-5,51%	51,79%	-18,95%
Resultado financeiro não recorrente	(591.015)	-85,52%	-	0,00%	-	0,00%	100,00%	0,00%
	(653.599)	-94,58%	(48.020)	-9,34%	(68.494)	-14,10%	1261,10%	-29,89%
Lucro (prejuízo) operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	(558.120)	-80,76%	292	0,06%	(13.131)	-2,70%	-191236,89%	-102,22%
Imposto de renda e contribuição social	(14.521)	-2,10%	(9.253)	-1,80%	2.770	0,57%	56,93%	-434,04%
Participação dos minoritários	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0,00%	0,00%
Lucro líquido do período	(572.641)	-82,86%	(8.961)	-1,74%	(10.361)	-2,13%	6290,37%	-13,51%

Receita líquida de vendas e serviços: A evolução de 34,4% da receita líquida em relação a 2020 é o resultado a boa receptividade dos lançamentos e reformulação do mix de produtos ofertados, associados com um ano de recuperação em todas as Unidades.

Despesa com vendas: A variação das despesas com vendas de 33,2% foi maior que no ano de 2020, e é explicado principalmente pelo maior volume de vendas no período, além da majoração nos preços do frete.

Receitas financeiras: As receitas financeiras apresentaram evolução de 66,9%, ao passar de R\$ 14,9 milhões em 2020 para R\$ 24,8 milhões em 2021, que corresponde basicamente a atualização dos direitos creditórios.

Despesas financeiras-giro: No exercício de 2021, as despesas financeiras totalizaram R\$ 54,5 milhões, aumento de 32,2% na comparação com os R\$ 41,2 milhões reportados em 2020. O aumento do endividamento, em especial de capital de giro, ocorreu para financiar a retomada da produção frente a maior demanda e aumento dos estoques.

Resultado financeiro não recorrente: O resultado líquido negativo da Companhia registrado em 2021 é de R\$ 572,6 milhões, impactado pela reversão do ajuste a valor presente (AVP) do REFIS, os acréscimos legais (SELIC) e adesão ao parcelamento da Transação Excepcional.

2.2. Os diretores devem comentar:

a. resultados das operações do emissor, em especial:

- i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita
- ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Exercício 2023

A Companhia apresentou mais um ano de resultados operacionais consistentes. Contribuíram para isso os sucessos dos seus lançamentos. Em 2023, a receita líquida consolidada da Mundial totalizou R\$ 836,1 milhões, avançou 9,8% quando comparado com os R\$ 761,2 milhões registrados em 2022. Nessa linha, as unidades que mais contribuíram para esse resultado foram as Unidades: Pump Solutions, 22,6%, seguida pela Food Service, 18,6%. Ainda, a unidade de Personal Care & Cosmetics com crescimento de 13,9% seguiu como a maior representatividade dentro da receita líquida, sendo responsável por 53,5% (51,6% em 2022).

Exercício 2022

A Companhia apresentou mais um ano de resultados operacionais consistentes. Contribuíram para isso os sucessos dos seus lançamentos. Em 2022, a receita líquida consolidada da Mundial totalizou R\$ 761,2 milhões, avançou 10,2% quando comparado com os R\$ 691,1 milhões registrados em 2021. Nessa linha, as unidades que mais contribuíram para esse resultado foram as Unidades: Pump Solutions, 27,7%, seguida pela Food Service, 18,2%. Ainda, a unidade de Personal Care & Cosmetics seguiu como a maior representatividade dentro da receita líquida, sendo responsável por 51,6% (52,8% em 2021).

Exercício 2021

Em 2021 todas as unidades registraram crescimento, com o mercado bastante demandante e os nossos lançamentos muito bem recebidos, especialmente àqueles relacionados ao segmento de esmaltes da marca Impala, que foram repetidos sucessos. Um dos destaques de 2021, foi o lucro bruto dos segmentos Metal Fasteners e Pump Solutions, que cresceram 270,3% e 97,9%, consecutivamente em relação a 2020. Este último, acreditamos que possui grande potencial de desenvolvimento. Os lançamentos nos segmentos em que passamos a atuar mais recentemente, tais como moto bombas e motores para piscinas e banheiras de hidromassagem, entre outros, têm encontrado excelente receptividade, tanto pela tecnologia, quanto pelo design diferenciado.

b. variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio, inflação

Resultado das unidades e fatores que influenciaram no desempenho de 2023

Em 2023 a Companhia

Os efeitos positivos que mais impactaram a receita da Companhia estão relacionados em primeiro lugar pelo aumento de volume, relacionado a qualidade dos produtos e a novos lançamentos. Na linha de esmaltes Impala foram realizados diversos lançamentos tais como, coleção Juliana Paes, Movimenta, RevitaNails, coleção Ana Castela, já na unidade Food Service os lançamentos na linha de facas Masterline, com diversos modelos de faca de pão e cutelo, e a linha de talheres Niterói. A modificação dos preços também foi um fator que influenciou o desempenho apresentado nas unidades.

Resultado das unidades e fatores que influenciaram no desempenho de 2022

Em 2022 a Companhia

O efeito positivo apresentado em todas as unidades da Companhia está diretamente relacionado ao aumento de volume, em especial, nas unidades: Unidade Pump Solutions, 27,7%, seguido pela Food Service, 18,2% em relação a 2021.

Os lançamentos dos esmaltes Impala realizados ao longo do ano de 2022 acumularam sucessos, tais como: as coleções “A Cor da Sua Moda”, “Stranger Things” da série da NETFLIX e a “Acalmamente”. Para o verão, a marca investiu na coleção Impala Ju Paes, estrelado pela atriz Juliana Paes. Esses lançamentos foram responsáveis pelo aumento do volume nas vendas da Unidade Personal Care & Cosméticas, incrementando a receita líquida em 7,5% acima do apresentado em 2022.

Resultado das unidades e fatores que influenciaram no desempenho de 2021

O efeito positivo apresentado em todas as unidades da Companhia está diretamente relacionado ao aumento de volume, em especial nas unidades Metal Fasteners e Pump Solutions que cresceram, respectivamente, 47,2% e 79,7%, consecutivamente em relação a 2020.

Na Unidade Personal Care & Cosmetics, os lançamentos das novas coleções de esmaltes com parcerias como a Netflix, teve grande receptividade no mercado contribuindo para o incremento nas vendas com crescimento de 27,6% em relação a 2020.

A inflação oficial, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do IBGE, acumulou aumento de 10,06% em 2021. Com isso, houve um movimento da autoridade monetária de aumento da taxa básica de juros, que iniciou o ano em 2,00% encerrou 2021 em 9,25%. Esses são fatores importantes que afetam a economia doméstica, mas com o início da vacinação contra o Covid-19, em 2021, o cenário ficou otimista. A ampla vacinação permitiu a flexibilidade de medidas restritivas que contribuiu para a retomada da atividade econômica.

Com tudo, evoluímos a receita líquida em 34,4% em relação ao mesmo período de 2020 e 42,2% quando comparado ao ano de 2019.

c. impacto relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Exercício 2023

As matérias primas utilizadas no processo de produção são commodities e com seus preços estão atrelados ao mercado internacional, que utiliza o dólar como moeda. Portanto, podemos dizer que eles são voláteis e estão atrelados à variação cambial, ao mesmo passo que, a variação nas taxas de juros também pode impactar o resultado da Companhia em função do endividamento bancário.

Exercício 2022

As matérias primas utilizadas no processo de produção são commodities e com seus preços estão atrelados ao mercado internacional, que utiliza o dólar como moeda. Portanto, podemos dizer que eles são voláteis e estão atrelados à variação cambial, ao mesmo passo que, a variação nas taxas de juros também pode impactar o resultado da Companhia em função do endividamento bancário.

Exercício 2021

As matérias primas utilizadas no processo de produção são commodities e com seus preços estão atrelados ao mercado internacional, que utiliza o dólar como moeda. Portanto, podemos dizer que eles são voláteis e estão atrelados à variação cambial, ao mesmo passo que, a variação nas taxas de juros também pode impactar o resultado da Companhia em função do endividamento bancário.

2.3. Os diretores devem Comentar:

- a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2**

Exercício de 2023

Não houve mudança significativa nas práticas contábeis para o exercício de 2023.

Exercício de 2022

Não houve mudança significativa nas práticas contábeis para o exercício de 2022.

Exercício de 2021

Não houve mudança significativa nas práticas contábeis para o exercício de 2021.

- b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor**

A Diretoria comunica que não houve opiniões modificadas e ressalvas e/ou ênfases presentes nos pareceres do auditor nas divulgações dos exercícios de 2023, 2022 e 2021.

2.4 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

- a. introdução ou alienação de segmento operacional**

Não ocorreram introduções ou alienações de segmento operacional na Companhia durante os exercícios de 2023, 2022 e 2021.

- b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

Exercício 2023

Não ocorreram constituição, aquisição ou alienação de participação societária na Companhia durante o exercício de 2023.

Exercício 2022

Em 26 de maio de 2022, foi aprovada em reunião Conselho da Administração a constituição de uma sociedade limitada, subsidiária a Mundial S.A com sede em Lisboa, Portugal. A subsidiária, denominada Mund Europe, entrará em operação ao longo do ano de 2023 e irá atuar na importação, exportação, comercialização e distribuição dos produtos das Mundial, Impala, Hercules Service e Syllent.

Exercício 2021

Em 2021, a empresa subsidiária da Mundial S.A., localizada no Uruguai, denominada Mundial Consumer Products International S.A, em Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, aprovou aumentou o capital no total de R\$ 37,7 milhões, esse aporte tem o objetivo de incremento nos estoques, das linhas Food Service e Creative, esses produtos serão comercializados no mercado externo e no Brasil.

- c. eventos ou operações não usuais**

Exercício 2023

Não ocorreram eventos ou operações não usuais nos negócios da Companhia durante o exercício de 2023.

Exercício 2022

Não ocorreram eventos ou operações não usuais nos negócios da Companhia durante o exercício de 2022.

Exercício 2021

Não ocorreram eventos ou operações não usuais nos negócios da Companhia durante o exercício de 2021.

2.5. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como *lajida* (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou *lajir* (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

A Companhia, estabeleceu o Ebitda como parâmetro para medições não contábeis, referente aos três últimos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021.

a. informar o valor das medições não contábeis

No exercício de 2023, a geração de caixa operacional pelo conceito EBITDA, calculado segundo a metodologia definida pela CVM no Ofício CVM Nº 527, de 04 e outubro de 2012, atingiu R\$ 159,1 milhões, representando 18,3% da receita operacional líquida do ano, enquanto os valores apurados no ano de 2022 atingiram R\$ 134,9 milhões, que representou 17,7% da receita operacional líquida, evolução de 6 p.p.

Margem EBITDA Ajustada R\$ mil	2023	2022	2021
Receita líquida de venda de mercadoria produtos e serviços	836.065	761.241	691.075
Endividamento - longo prazo	153.098	134.861	130.311
Margem EBITDA - ajustada	18,3%	17,7%	18,9%

b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

Esta medição consiste no lucro líquido do exercício antes do resultado financeiro, das despesas de depreciação e amortização, do imposto de renda e contribuição sociais correntes e diferidos. A margem Ebitda consiste em dividir o Ebitda pela receita líquida com vendas de mercadorias produtos e serviços.

Desta forma, a medição do Ebitda ajustado se dá através do cálculo, partindo do Ebitda, excluindo as despesas de eventos não recorrentes, conforme demonstrado nas tabelas acima.

EBITDA (R\$ mil)	2023	2022	2021	Varição 23/22	Varição 23/21
Resultado líquido do período	(6.827)	881.992	(572.641)	NA	-254,0%
(+) Resultado financeiro	122.303	(514.072)	653.599	NA	-178,7%
(+) Imposto de renda e contribuição social	(11.981)	(276.579)	14.521	-95,7%	NA
(+) Depreciação e amortização	15.934	15.422	14.443	3,3%	6,8%
EBITDA	119.429	106.762	109.922	11,9%	-2,9%
Reconciliação do resultado	33.669	28.099	20.389	19,8%	37,8%
*Ajuste a valor presente de ativos e passivos	19.402	16.050	4.963	20,9%	223,4%
*Créditos extemporâneos	12.440	10.771	8.963	15,5%	20,2%
*Rescisões por redução de quadro	1.827	1.278	2.966	43,0%	-56,9%
*Programa de recuperação fiscal (REFIS)		-	3.497	NA	NA
EBITDA - ajustado	153.098	134.861	130.311	13,5%	3,5%
<i>Margem EBITDA - ajustada</i>	<i>18,3%</i>	<i>17,7%</i>	<i>18,9%</i>	<i>0,6 p.p.</i>	<i>-0,5 p.p.</i>

c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas

O EBITDA apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida da lucratividade da Companhia, em razão de não considerar determinados custos inerentes ao negócio que podem afetar os resultados líquidos, tais como: despesas financeiras, tributos e amortização. Entretanto, apresenta-se como um parâmetro eficiente quando utilizado para demonstrar a capacidade de operacional Companhia.

2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Exercício de 2023

A Administração da Companhia informa que não ocorreu eventos relevante subsequentes entre o encerramento do exercício de 2023 e a divulgação das demonstrações financeiras.

Exercício de 2022

Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal concluiu o julgamento dos Temas de repercussão geral 881 e 885 no sentido da perda dos efeitos de decisões individuais transitadas em julgado, a partir de mudança posterior de entendimento da corte, em questões tributárias. Analisamos as decisões individuais transitadas em julgado a nosso favor, e não identificamos nenhum caso em que tenha havido modificação de entendimento posterior, pelo Supremo Tribunal Federal, que possa afetar as demonstrações financeiras.

Exercício de 2021

A Administração da Companhia informa que não ocorreram eventos relevantes subsequentes entre o encerramento do exercício de 2021 e a divulgação das demonstrações financeiras.

2.7. Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

A destinação dos resultados sociais: (i) Regras sobre retenção de lucros; (ii) Regras sobre distribuição de dividendos; (iii) Periodicidade das distribuições de dividendos; (iv) Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais. Todos os critérios ligados à destinação dos resultados e remuneração aos acionistas estão descritos no estatuto social.

Disponíveis nos sites www.cvm.gov.br, www.b3.com.br e <https://www.mundial.com>.

a. regras sobre retenção de lucro

Nos termos do estatuto social, temos a previsão de reserva estatutária, que será deduzida após o resultado do exercício, após deduções dos prejuízos acumulados e da provisão para imposto de renda, podendo ser destinada, a título de participação do Conselho de Administração e da Diretoria, parcela de até 10% (dez por cento) do mesmo, à disposição do Conselho de Administração.

Do Lucro Líquido, serão destinados: (a) 5% (cinco por cento) para a Reserva Legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do Capital Social; (b) Uma parcela, por proposta da administração, destinada para a Reserva para Contingências, nos termos do artigo 195 Lei 6.404/76; (c) Uma Parcela, por proposta da Administração, destinada para a Reserva de Lucros a Realizar nos termos do artigo 197 Lei 6.404/76; (d) O valor correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado conforme as alíneas (a), (b) e (c) acima, nos termos do artigo da Lei 6.404/76, para distribuição do dividendo obrigatório aos acionistas, com a ressalva prevista no parágrafo 4º, do artigo 202 da Lei 6.404/76.

Após as destinações previstas acima, o Conselho de Administração poderá propor, e a Assembleia deliberar, deduzir o saldo remanescente, uma parcela em montante não superior a 60% (sessenta por cento) do lucro líquido para a constituição de uma Reserva para Reserva de Investimento e Capital de Giro, que obedecerá os seguintes princípios: (a) sua constituição não prejudicará o direitos dos acionistas em receber o pagamento do dividendo obrigatório; (b) seu saldo não poderá ultrapassar a 80% (oitenta por cento) do capital social. Atingido esse limite, caberá à Assembleia Geral deliberar sobre o excedente, determinando a sua distribuição aos acionistas ou o aumento do capital social da Companhia; (c) A reserva tem por finalidade assegurar a liquidez e continuidade da Companhia, destinando estes recursos para investimentos para financiar a expansão das atividades da Companhia, a criação de novos negócios ou o acréscimo do capital de giro, inclusive amortização das dívidas da Companhia, independentemente das retenções de lucro vinculadas ao orçamento de capital, e seu saldo poderá ser utilizado: (i) na absorção de prejuízos, sempre que necessário; (ii) na distribuição de dividendos, a qualquer momento; (iii) nas operações de resgate, reembolso ou compra de ações, autorizadas por lei; (iv) na incorporação ao Capital Social, inclusive mediante bonificações em ações novas.

Após as destinações referidas, se houver saldo do lucro líquido do exercício, poderá o Conselho de Administração propor a sua utilização na forma de reservas de retenção de lucros (Art. 196 da Lei 6.404/76).

Nesse sentido, a Administração da Companhia informa que no exercício encerrados em 2023, apresentou um prejuízo líquido ajustado de R\$ R\$ 6.149.690,21, sendo assim não haverá destinação de resultado.

b. regras sobre distribuição de dividendos

Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, a parcela dos lucros estabelecida no estatuto, qual seja: 25% (vinte e cinco por cento) do Lucro Líquido ajustado conforme as alíneas (a), (b) e (c) acima, nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, para distribuição do dividendo obrigatório aos acionistas, com a ressalva prevista no parágrafo 4º, do artigo 202 da Lei 6.404/76.

No entanto, conforme disposto pelo artigo 28 do Estatuto Social, a Companhia poderá propor à Assembleia Geral uma distribuição adicional de dividendos, com base no saldo do lucro líquido do exercício que seria destinado à reserva para investimento e capital de giro e às reservas de retenção de lucros, obtido após as deduções legais e do dividendo obrigatório, caso entenda, a seu exclusivo critério, que o saldo existente nessas reservas seja suficiente para atender as finalidades para as quais foram constituídas.

c. periodicidade das distribuições de dividendos

Anual. Entretanto, a sociedade poderá levantar balanços semestrais ou de períodos menores, e, declarar, por deliberação do Conselho de Administração, dividendos à conta dos lucros apurados nesses balanços, observadas as prescrições legais.

d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

A Lei das Sociedades por Ações permite que a Companhia suspenda a distribuição do dividendo obrigatório caso o Conselho de Administração informe à Assembleia Geral que a distribuição é incompatível com a sua condição financeira. O Conselho Fiscal, se instalado, deve emitir parecer sobre a recomendação do Conselho de Administração. Ademais, o Conselho de Administração deverá apresentar justificativa para a suspensão à CVM, dentro de cinco dias da realização da Assembleia Geral. Os lucros não distribuídos, em razão da suspensão na forma acima mencionada, serão destinados a uma reserva especial e, caso não sejam absorvidos por prejuízos subsequentes, deverão ser pagos, a título de dividendos, tão logo a condição financeira da Companhia o permita.

e. se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada. As regras utilizadas para destinação dos resultados estão discriminadas no estatuto social da Companhia.

2.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como: i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivo passivos; ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; iii. contratos de construção não terminada; iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

Não há ativos e passivos relevantes que não estejam refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e respectivas notas explicativas para os exercícios sociais findos em 2023, 2022 e 2021.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e respectivas notas explicativas para os exercícios sociais findos em 2023.

2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor;

Não aplicável, pois a Diretoria entende que não há ativos e passivos que não estejam refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 2023, 2022 e 2021.

b. natureza e o propósito da operação;

Não aplicável, pois a Diretoria entende que não há ativos e passivos que não estejam refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 2023, 2022 e 2021.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, pois a Diretoria entende que não há ativos e passivos que não estejam refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 2023, 2022 e 2021.

2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócio do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os investimentos realizados pela Mundial ao longo do ano de 2023 foram direcionados para a manutenção preventiva do parque fabril e investimentos em automação industrial com o objetivo de aumentar a eficiência. Além disso, em 2023 a Mundial investiu na Mundial Europe, Unidade sediada em Lisboa/Portugal, com objetivo de aumentar a participação no mercado externo e explorar oportunidades de negócios no Continente.

Neste sentido, os investimentos realizados pela Mundial ao longo do ano de 2023 somaram o montante de R\$ 15.0 milhões.

Para 2024, os investimentos terão um incremento em relação ao realizados no ano passado a fim de aumentar cada vez mais a automação dos processos fabris.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia busca viabilizar através das instituições financeiras parceiras, linhas de crédito através de leasing, consórcios ou empréstimos de capital de giro para financiar seus investimentos à medida que eles sejam necessários.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.

Em 2023 não houve aquisições de plantas ou patentes que possam ter influenciado materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

c. novos produtos e serviços, indicando: i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; iii. projetos em desenvolvimento já divulgados; iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

O desenvolvimento de novos produtos e coleções são realizadas através do setor de P&D interno.

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

Nas questões relacionadas ao ASG, a Companhia mantém contínuo compromisso com o meio ambiente e com a qualidade dos produtos oferecidos aos clientes, foram realizados investimentos em melhorias que priorizam a redução ou eliminação dos impactos ambientais, como tratamento de efluentes industriais e biológicos e outros; gestão de resíduos, com logística reversa e participação do Programa “Mãos Pro Futuro”, que apoia redes e cooperativas de catadores de materiais recicláveis; manutenção de área verde; monitoramento de parâmetros para órgãos ambientais, entre outros. Saiba mais em: <https://www.mundial.com/sustentabilidade>

2.11 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção:

Não há outros fatores que tenham influenciados de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia que não tenham sido evidenciados nas nos demais itens desta seção.

7.3 Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:

Segue informações dos candidatos ao Conselho de Administração da Companhia a serem indicados pelo acionista controlador.

CONSELHO DE ADMISTRAÇÃO	
a) Nome	ADOLPHO VAZ DE ARRUDA NETO
b) Data de nascimento	27/08/1967
c) Profissão	Administrador de Empresas
d) CPF ou Passaporte	074.416.798-18
e) Cargo Eletivo Ocupado	Presidente do Conselho de Administração
f) Data de Eleição	27/04/2023
g) Data da Posse	27/04/2023
h) Prazo do mandato	Um ano
i) se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
j) se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria.	Não é membro independente
k) caso o administrador ou conselho fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos.	14/05/2012
l) Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidas em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômicos; e (ii) sociedades controladas por acionistas do emissor que tenham participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	Eleito pelo acionista controlador em 2012, como membro do Conselho de Administração da Companhia. Em 2019 foi designado em RCA como Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Mundial. Em 01.06.2020 foi eleito em AGO como Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente. Em 2022 foi eleito Presidente do Conselho de Administração da Mundial S.A e Hercules S.A. Em 2015 eleito para o Conselho de Administração da empresa Hercules S/A – Fábrica de Talheres. Em 2019 foi eleito Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Hercules. Não ocupa atualmente outros cargos ou exerce outras funções no emissor.
m. Descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos cinco anos: i. condenação criminal	Não há condenação
m.) ii. Condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas	PAS CVM nº RJ2017/565 (Processo CRSFN nº 10372.100339/2018-78). Multa de R\$ 300.000,00. Decisão proferida pela CVM e mantida pelo CRSFN.
m.) iii. Condenação transitado em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.	Não há condenação transitada em julgado que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

CONSELHO DE ADMISTRAÇÃO	
a) Nome	WILSON VIEIRA DE BRITTO
b) Data de nascimento	11/06/1942
c) Profissão	Contador e Administrador de Empresas
d) CPF ou Passaporte	015.768.016-91
e) Cargo Eletivo Ocupado	Vice-Presidente do Conselho de Administração
f) Data de Eleição	27/04/2023
g) Data da Posse	27/04/2023
h) Prazo do mandato	Um ano
i) se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
j) se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria.	Membro independente
k) caso o administrador ou conselho fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos.	01/06/2020
l) Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidas em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômicos; e (ii) sociedades controladas por acionistas do emissor que tenham participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	Consultor no Brasil e no exterior, realiza trabalhos de marketing, vendas, planejamento estratégico, gestão empresarial e formação de lideranças em nível de diretoria e gerências nas organizações. Ex professor da Universidade Católica de Minas Gerais, SEBRAE, Fundação Dom Cabral e Una (Pós-Graduação Comércio Exterior). Atualmente é sócio consultor da empresa Britto Terra Pura; membro do Conselho de Gestão Estratégica da Associação Comercial de Minas; coordenador do Conselho Fiscal e membro do Conselho de Administração e o Conselho da Família do Grupo Canopus formado por inúmeras empresas que atuam em diversos Estados do Brasil como concessionárias Toyota, Honda, BMW; Sócio diretor do instituto Wilson Britto. Eleito pelo acionista controlador em 2020, como membro do Conselho de Administração da Companhia. Em 2020 foi eleito Vice-Presidente do Conselho de Administração da empresa Hercules S.A - Fabrica de Talheres. Não ocupa cargo em outras empresas do grupo do emissor.
m. Descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos cinco anos: i. condenação criminal	Não há condenação ocorridas nos últimos 5 anos.
m.) ii. Condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas	Não há condenação em processo administrativo da CVM.
m.) iii. Condenação transitado em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.	Não há condenação transitada em julgado que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.
"Diante das informações prestadas pelo conselheiro indicado, o Conselho de Administração da Companhia, entende que o mesmo se enquadra nos requisitos previstos para o seu enquadramento nos critérios de independência, nos termos da legislação em vigor."	

CONSELHO DE ADMISTRAÇÃO	
a) Nome	MARCELO FREITAS PEREIRA
b) Data de nascimento	09/12/1970
c) Profissão	Advogado
d) CPF ou Passaporte	150.920.938.70
e) Cargo Eletivo Ocupado	Conselheiro
f) Data de Eleição	27/04/2023
g) Data da Posse	27/04/2023
h) Prazo do mandato	Um ano
i) se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
j) se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria.	Não é membro independente
k) caso o administrador ou conselho fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos.	01/06/2020
l) Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidas em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômicos; e (ii) sociedades controladas por acionistas do emissor que tenham participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	Advogado especializado na área societária, mercado de capitais e governança corporativa e professor universitário (direito comercial). (i) membro independente do conselho de administração da UAB Motors S/A (atualmente subsidiária do Grupo 1 Auto – NYSE: GPI) de 2007 até 2013; (ii) membro suplente do conselho de administração da Tempo Participações S/A (BM&FBOVESPA: TEMP3) no ano de 2007; (iii) membro do conselho de administração da Mais Próxima Comercial Distribuidora S/A de 2010 até 2015 e (iv) membro suplente do conselho fiscal da Via Bahia S/A no ano de 2017. Membro do Conselho de Administração da empresa Hercules S.A. - Fábrica de Talheres. Não ocupa cargo em outras empresas do grupo do emissor.
m. Descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos cinco anos: i. condenação criminal	Não há condenação ocorridas nos últimos 5 anos.
m.) ii. Condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas	Não há condenação em processo administrativo da CVM.
m.) iii. Condenação transitado em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.	Não há condenação transitada em julgado que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
a) Nome	LUCILENE SILVA PRADO
b) Data de nascimento	10/11/1969
c) Profissão	Advogada
d) CPF ou Passaporte	081.640.338-47
e) Cargo Eletivo Ocupado	Conselheira
f) Data de Eleição	27/04/2023
g) Data da Posse	27/04/2023
h) Prazo do mandato	Um ano
i) se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
j) se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria.	Membro independente
k) caso o administrador ou conselho fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos.	27/04/2023
l) Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidas em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômicos; e (ii) sociedades controladas por acionistas do emissor que tenham participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	Sócia do FMDerraik Advogados, responsável pelas práticas tributária, terceiro setor e family offices. Professora do Insper e da LCA.. Membro do Comitê de Auditoria Estatutário da Ouro Fino Saúde Animal S.A. Membro do Conselho Consultivo da Sanchez & Sanchez Advogados, Membro do Comitê de Finanças e Riscos da Chimica Baruel Ltda. Membro do Conselho Fiscal dos seguintes Institutos (i) Intelli (ii) RAPS (iii) CPM (iv) Humanitas (v) Instituto Natura. Membro do Conselho de Administração do Instituto Semeia.
m. Descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos cinco anos: i. condenação criminal	Não há condenação ocorridas nos últimos 5 anos.
m.) ii. Condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas	Não há condenação em processo administrativo da CVM.
m.) iii. Condenação transitado em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.	Não há condenação transitada em julgado que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.
“Diante das informações prestadas pelo conselheiro indicado, o Conselho de Administração da Companhia, entende que o mesmo se enquadra nos requisitos previstos para o seu enquadramento nos critérios de independência, nos termos da legislação em vigor.”	

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Segue as informações dos diretores estatutários a serem indicados para reeleição pelo acionista controlador:

DIRETOR ESTATUTÁRIO	
a) Nome	MICHAEL LENN CEITLIN
b) Data de nascimento	30/06/1961
c) Profissão	Engenheiro mecânico
d) CPF ou Passaporte	295.996.600-72
e) Cargo Eletivo Ocupado	Diretor Presidente
f) Data de Eleição	27/04/2023
g) Data da Posse	27/04/2023
h) Prazo do mandato	Um ano
i) se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
j) se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria.	Não
k) caso o administrador ou conselho fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos.	29/04/2022
l) Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidas em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômicos; e (ii) sociedades controladas por acionistas do emissor que tenham participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	Em 1995 foi eleito Presidente do Conselho de Administração, Diretor Estatutário e Diretor de Relações com Investidores da Companhia e Presidente do Conselho de Administração, Diretor Superintendente e DRI da Hercules S/A, - Fábrica de Talheres, e diretor nas empresas Mundial Distribuidora de Produtos de Consumo LTDA, Eberle Equipamentos e Processos S/A e Laboratórios Avamiller de Cosméticos LTDA. Empresas que integram o mesmo grupo econômico do ramo Industrial e comercial. Em 2022 foi eleito Diretor Presidente da Companhia Mundial e Hercules.
m. Descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos cinco anos: i. condenação criminal	Não há condenação
m.) ii. Condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas	PAS CVM nº RJ2013/6224 (Processo CRSFN nº 10372.000719/2016-41). Multa de R\$ 500.000,00. Decisão proferida pela CVM e mantida pelo CRSFN. Impetrado mandado de segurança nº 1009243-72.2017.4.01.3400, SJDF, pendente de decisão final. PAS CVM nº RJ2017/565 (Processo CRSFN nº 10372.10339/2018-78). Inabilitação temporária por cinco anos para o exercício de cargo de administrador, ou de conselheiro de companhia aberta, de entidade do sistema de distribuição, ou de outras entidades que dependam de autorização, ou de registro na CVM; Multa de R\$ 75.000,00; e Multa de R\$ 200.000,00. Decisão proferida pela CVM e mantida pelo CRSFN. Ajuizada ação anulatória nº 1032116-90.2022.4.01.3400, pendente de decisão final, tendo sido deferida tutela provisória recursal para suspender a pena de inabilitação.
m.) iii. Condenação transitado em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.	PAS CVM nº RJ2017/565 (Processo CRSFN nº 10372.10339/2018-78). Inabilitação temporária por cinco anos para o exercício de cargo de administrador, ou de conselheiro de companhia aberta, de entidade do sistema de distribuição, ou de outras entidades que dependam de autorização, ou de registro na CVM; Multa de R\$ 75.000,00; e Multa de R\$ 200.000,00. Decisão proferida pela CVM e mantida pelo CRSFN. Ajuizada ação anulatória nº 1032116-90.2022.4.01.3400, pendente de decisão final, tendo sido deferida tutela provisória recursal para suspender a pena de inabilitação.

DIRETOR ESTATUTÁRIO	
a) Nome	MARCELO FAGONDES DE FREITAS
b) Data de nascimento	16/03/1968
c) Profissão	Contador
d) CPF ou Passaporte	526.944.020-20
e) Cargo Eletivo Ocupado	Diretor e DRI
f) Data de Eleição	27/04/2023
g) Data da Posse	27/04/2023
h) Prazo do mandato	Um ano
i) se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
j) se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria.	Não
k) caso o administrador ou conselho fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos.	08/05/2008
l) Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidas em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômicos; e (ii) sociedades controladas por acionistas do emissor que tenham participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	Iniciou suas atividades na empresa Zivi S/A – Cutelaria no setor de Contas a receber, foi Analista Contábil, Chefe da Contabilidade, Gerente de Controladoria, Gerente de Controladoria e Finanças. Eleito como diretor estatutário em 2008 da Companhia, é Diretor Administrativo e Financeiro e exerce o mesmo cargo na Hercules S/A – Fábrica de Talheres, diretor nas empresas Mundial Distribuidora de Produtos de Consumo LTDA, Eberle Equipamentos e Processos S/A e Laboratórios Avamiller de Cosméticos LTDA, empresas que integram o mesmo grupo econômico do ramo Industrial e comercial.
m. Descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos cinco anos: i. condenação criminal	Não há condenação
m.) ii. Condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas	PAS CVM nº RJ2013/6224 (Processo CRSFN nº 10372.000719/2016-41). Multa de R\$ 500.000,00. Decisão proferida pela CVM e mantida pelo CRSFN. Impetrado mandado de segurança nº 1009243-72.2017.4.01.3400, SJDF, pendente de decisão final.
	PAS CVM nº RJ2017/565 (Processo CRSFN nº 10372.100339/2018-78). Multa de R\$ 75.000,00; e Multa de R\$ 200.000,00. Decisão proferida pela CVM e mantida pelo CRSFN.
m.) iii. Condenação transitado em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.	Não há condenação transitada em julgado que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

DIRETOR ESTATUTÁRIO	
a) Nome	JULIO CESAR CAMARA
b) Data de nascimento	08/05/1965
c) Profissão	Contador
d) CPF ou Passaporte	438.373.870-20
e) Cargo Eletivo Ocupado	Diretor
f) Data de Eleição	27/04/2023
g) Data da Posse	27/04/2023
h) Prazo do mandato	Um ano
i) se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
j) se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria.	Não
k) caso o administrador ou conselho fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos.	26/05/2000
l) Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidas em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômicos; e (ii) sociedades controladas por acionistas do emissor que tenham participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	Iniciou suas atividades no grupo Eberle Mundial em 1996, como consultor Empresarial pela Galeazzi & Associados. Em 2000 foi eleito Diretor Administrativo e Financeiro do Grupo Mundial, das empresas Eberle S/A, Zivi S/A e Hercules S/A. Em 2007, passou a exercer o cargo de Diretor de Planejamento e Controle. Atualmente é Diretor Geral Personal Care da Companhia e Diretor da Hercules S/A – Fábrica de Talheres, e diretor nas empresas Mundial Distribuidora de Produtos de Consumo LTDA, Eberle Equipamentos e Processos S/A e Laboratórios Avamiller de Cosméticos LTDA. Empresas que integram o mesmo grupo econômico do ramo Industrial e comercial.
m. Descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos cinco anos: i. condenação criminal	Não há condenação.
m.) ii. Condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas	PAS CVM nº RJ2013/6224 (Processo CRSFN nº 10372.000719/2016-41). Multa de R\$ 500.000,00. Decisão proferida pela CVM e mantida pelo CRSFN. Impetrado mandado de segurança nº 1009243-72.2017.4.01.3400, SJDF, pendente de decisão final.
	PAS CVM nº RJ2017/565 (Processo CRSFN nº 10372.100339/2018-78). Multa de R\$ 75.000,00; e Multa de R\$ 200.000,00. Decisão proferida pela CVM e mantida pelo CRSFN.
m.) iii. Condenação transitado em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.	Não há condenação transitada em julgado que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

DIRETOR ESTATUTÁRIO	
a) Nome	LUCIANO DANIEL NUNES
b) Data de nascimento	29/03/1975
c) Profissão	Administrador de Empresas
d) CPF ou Passaporte	618.474.960-91
e) Cargo Eletivo Ocupado	Diretor
f) Data de Eleição	27/04/2023
g) Data da Posse	27/04/2023
h) Prazo do mandato	Um ano
i) se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
j) se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria.	Não
k) caso o administrador ou conselho fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos.	27/04/2023
l) Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidas em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômicos; e (ii) sociedades controladas por acionistas do emissor que tenham participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	Iniciou suas atividades no Grupo Eberle Mundial em 1999, como Analista de Suporte em TI. Em 2005 passou a exercer a Coordenação da Área de Tecnologia da Informação e em 2007 acumulou a função de Gerente de TI. Em 2011 agregou também a função de Gerente das áreas de Controladoria e Custos da companhia. Em 2014, passou a exercer o cargo de Diretor Geral das unidades Metal Fasteners Eberle e Pump Solutions Syllent.
m. Descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos cinco anos: i. condenação criminal	Não há condenação ocorridas nos últimos 5 anos.
m.) ii. Condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas	Não há condenação em processo administrativo da CVM.
m.) iii. Condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.	Não há condenação transitada em julgado que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

7.4 Fornecer as informações mencionadas no item 7.3 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.

A Companhia não possui comitês estatutários e não estatutários, de auditoria, de riscos, financeiros e de remuneração.

7.5 Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: a. administradores do emissor; b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor; c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor; d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor:

Não existe relação conjugal, união estável ou parentesco com nenhum dos administradores da Companhia, suas controladas, diretas ou indiretas ou sociedades controladoras diretas e indiretas.

7.6 Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

- a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 99% (noventa e nove por cento) do capital social.**

Não existe relação de subordinação.

- b. controlador direto ou indireto do emissor**

Não existe relação de subordinação.

- c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas**

Administradores:

Michael Lenn Ceitlin – CPF 295.996.600-72, Diretor Estatutário. Pessoa relacionada: ZHEPAR PARTICIPAÇÕES LTDA., fornecedor do Emissor.

Marcelo Fagundes de Freitas – CPF. 526.944.020-20, Diretor Estatutário. Pessoa relacionada: MS FREITAS ADM E PLANEJ ESTRAT LTDA., prestadora de serviço empresa ligada ao administrador do Emissor.

Julio Cesar Camara – CPF. 438.373.870-20, Diretor Estatutário. Pessoa relacionada: ESTRATPLAN ASSESSORIA E PLANEJAMENTO LTDA., prestadora de serviço empresa ligada ao administrador do Emissor.

Luciano Daniel Nunes – CPF. 618.474.960-91, Diretor Estatutário. Pessoa relacionada: LDN APOIO ADMINISTRATIVO LTDA., prestadora de serviço empresa ligada ao administrador do Emissor.

8.1 Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

- a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.**

A Companhia ainda não implementou uma Política formal de remuneração para os administradores.

A prática de remuneração dos administradores está prevista em seu Estatuto Social, e através das pesquisas elaboradas pela sua gestão referente a remuneração aplicada no mercado, a Companhia acredita na capacidade de atrair e reter executivos de alto nível.

Outro desafio é estimular a cultura de realização e superação de metas desafiadoras, superando desafios de curto e longo prazo de maneira consistente e sustentável.

- b. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:**

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

Não há comitês que participam do processo decisório além do Conselho de administração.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

A remuneração do Conselho é sempre fixada através da aprovação na assembleia geral ordinária, obedecendo aos dispostos legais e estatutários vigentes. Na assembleia será deliberado o reajuste aplicado na remuneração global mensal para os administradores de acordo com os índices de inflação. Não há uma distinção na remuneração individual dos membros do Conselho de Administração.

A remuneração da Diretoria executiva é definida em reunião do Conselho de administração levando em conta a função exercida pelo executivo. A Companhia acredita na capacidade de atrair e reter seus executivos através de uma remuneração justa de acordo com as práticas de mercado e associando à mesma uma parcela variável em função dos resultados alcançados, através da realização e superação de metas desafiadoras. A Companhia acredita, também, que a filosofia de remuneração relacionada com os resultados mantém o alinhamento entre os interesses dos executivos e acionistas.

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

Não há uma política de remuneração.

- c. composição da remuneração, indicando:**

i. descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles.

A remuneração dos administradores está atrelada somente ao resultado econômico do exercício no limite estabelecido pelo Estatuto Social, ou seja, até 10% (dez por cento) do resultado líquido.

No que diz respeito aos demais executivos não estatutários, a remuneração está dividida em duas partes, uma fixa que corresponde ao salário base e outra na forma de remuneração variável que corresponde ao incentivo de curto prazo.

A remuneração fixa está posicionada na mediana de mercado e o total em dinheiro (remuneração fixa mais incentivo de curto prazo) no 3º (terceiro) quartil de mercado.

Os membros do Conselho de Administração recebem honorários fixos mensais que representam em média as melhores práticas de mercado para empresas de porte similar.

- seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor

Os indicadores escolhidos para determinar os níveis de remuneração dos executivos - a evolução da receita líquida, do lucro bruto e resultado operacional - são os que a Companhia entende que melhor resguardam o interesse de longo prazo dos acionistas.

- sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais

Para Administradores 100% (cem por cento) fixo, a exceção da distribuição de 10% (dez por cento) do resultado se houver. Para executivos 60% (sessenta por cento) fixo e 40% (quarenta por cento) variável sobre metas operacionais.

- sua metodologia de cálculo e de reajuste

O valor da remuneração fixa e o alvo dos incentivos de curto prazo são periodicamente comparados com o mercado através de pesquisas conduzidas por consultoria especializada e ajustados quando necessário para assegurar o cumprimento dos objetivos.

- principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG

A determinação do salário base leva em consideração o valor do cargo medido por sistema de avaliação de cargos e os referenciais de mercado. O incentivo de curto prazo é determinado por indicadores operacionais como evolução da receita líquida, do lucro bruto e resultado operacional.

A Companhia ainda não implementou uma Política formal de remuneração para os administradores, a prática de remuneração dos administradores está prevista em seu Estatuto Social, e através das pesquisas elaboradas pela sua gestão referente a remuneração aplicada no mercado.

ii. razões que justificam a composição da remuneração

Esta composição equilibra o foco no curto e longo prazo.

iii. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato.

Não há membros não remunerados pela Companhia.

d. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos para nenhum membro da Administração da Companhia.

e. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário de emissor

Não há remuneração ou qualquer benefício vinculado à ocorrência de eventos societários para nenhum membro da Administração da Companhia. A remuneração dos Administradores está atrelada somente aos limites estabelecidos pelo Estatuto Social.

8.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Remuneração prevista para o exercício social em curso				
a. Órgão	Cons. de Adm	Dir. Estatutária	Cons. Fiscal	f. Total
b. Número total de membros (1)	3,67	3,67	0	7,33
c. Número de membros remunerados (2)	3,67	3,67	0	7,33
d. Remuneração segregada em:				
i. Remuneração fixa anual segregada em:				
Salário ou pró-labore (2)	958.408,70	3.604.254,11	-	4.562.662,82
Benefícios diretos e indiretos		752.850,88	-	752.850,88
Remuneração por participação em comitês				
Outros				
ii. Remuneração variável, segregada em:				
Bônus				
Participação nos resultados				
Remuneração por participação em reuniões				
Comissões				
Outros				
iii. Benefícios pós-emprego				
iv. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo				
v. Remuneração baseada em ações, incluindo opções				
e. Valor, por órgão, da remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal	958.408,70	4.357.104,99		5.315.513,70
OBSERVAÇÕES:				
(1) O números de membros de cada órgão foi apurado somando o número de membros em cada mês do ano e dividindo por 12 meses.				

Remuneração total do exercício social em 31/12/2023 - valores anuais				
a. Órgão	Cons. de Adm	Dir. Estatutária	Cons. Fiscal	f. Total
b. Número total de membros (1)	3,67	3,67	0	7,33
c. Número de membros remunerados (2)	3,67	3,67	0	7,33
d. Remuneração segregada em:				
i. Remuneração fixa anual segregada em:				
Salário ou pró-labore (2)	964.212,44	3.195.148,07	-	4.159.360,51
Benefícios diretos e indiretos	-	515.264,07	-	515.264,07
Remuneração por participação em comitês				
Outros				
ii. Remuneração variável, segregada em:				
Bônus				
Participação nos resultados				
Remuneração por participação em reuniões				
Comissões				
Outros				
iii. Benefícios pós-emprego				
iv. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo				
v. Remuneração baseada em ações, incluindo opções				
e. Valor, por órgão, da remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal	964.212,44	3.710.412,14		4.674.624,58
OBSERVAÇÕES:				
(1) O números de membros de cada órgão foi apurado somando o número de membros em cada mês do ano e dividindo por 12 meses.				

Remuneração total do exercício social em 31/12/2022 - valores anuais				
a. Órgão	Cons. de Adm	Dir. Estatutária	Cons. Fiscal	f. Total
b. Número total de membros (1)	2,67	3,00	0	5,67
c. Número de membros remunerados (2)	2,67	3,00	0	5,67
d. Remuneração segregada em:				
i. Remuneração fixa anual segregada em:				
Salário ou pró-labore (2)	1.054.344,33	2.467.629,40	-	3.521.973,73
Benefícios diretos e indiretos	-	193.342,70	-	193.342,70
Remuneração por participação em comitês				
Outros				
ii. Remuneração variável, segregada em:				
Bônus				
Participação nos resultados				
Remuneração por participação em reuniões				
Comissões				
Outros				
iii. Benefícios pós-emprego				
iv. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo				
v. Remuneração baseada em ações, incluindo opções				
e. Valor, por órgão, da remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal	1.054.344,33	2.660.972,10		3.715.316,43
OBSERVAÇÕES:				
(1) O número de membros de cada órgão foi apurado somando o número de membros em cada mês do ano e dividindo por 12 meses.				
(2) O Diretor Presidente era membro do Conselho de Administração até abril.2022, a remuneração neste período está computada no órgão Diretoria Estatutária				

Remuneração total do exercício social em 31/12/2021 - valores anuais				
a. Órgão	Cons. de Adm	Dir. Estatutária	Cons. Fiscal	f. Total
b. Número total de membros (1)	3	3	0	5
c. Número de membros remunerados (2)	2	3	0	5
d. Remuneração segregada em:				
i. Remuneração fixa anual segregada em:				
Salário ou pró-labore (2)	340.315,76	1.525.617,00	-	1.865.932,76
Benefícios diretos e indiretos	-	66.844,76	-	66.844,76
Remuneração por participação em comitês				
Outros				
ii. Remuneração Variável, segregada em:				
Bônus				
Participação nos resultados				
Participação por participação em reuniões				
Comissões				
Outros				
iii. Benefícios pós-emprego				
iv. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo				
v. Remuneração baseada em ações, incluindo opções				
e. Valor, por órgão, da remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal	340.315,76	1.592.461,76		1.932.777,52
OBSERVAÇÕES:				
(1) O número de membros de cada órgão foi apurado somando o número de membros em cada mês do ano e dividindo por 12 meses.				
(2) O Diretor Presidente também é membro do Conselho de Administração. A remuneração está computada no órgão Diretoria Estatutária.				

8.3. Em relação à remuneração variável dos 3 (três) últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Na Companhia, não houve pagamento de bônus e participações de resultados para nenhum dos membros do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal, nos 3 (três) últimos exercícios sociais e não está previsto pagamentos para o exercício social corrente.

8.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

A Companhia não aplica a remuneração baseada em ações para nenhum dos órgãos da Administração.

8.5. Em relação à remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações reconhecida no resultado dos 3 (três) últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

A Companhia não aplica a remuneração baseada em ações para nenhum dos órgãos da Administração.

8.6. Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 (três) últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

A Companhia não aplica a remuneração baseada em ações para nenhum dos órgãos da Administração.

8.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

A Companhia não aplica a remuneração baseada em ações para nenhum dos órgãos da Administração.

8.8. Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 (três) últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

A Companhia não aplica a remuneração baseada em ações para nenhum dos órgãos da Administração.

8.9. Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 (três) últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

A Companhia não aplica a remuneração baseada em ações para nenhum dos órgãos da Administração.

8.10. Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 (três) últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

A Companhia não aplica a remuneração baseada em ações para nenhum dos órgãos da Administração.

8.11. Em relação às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 (três) últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

A Companhia não aplica a remuneração baseada em ações para nenhum dos órgãos da Administração.

8.12. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

A Companhia não aplica a remuneração baseada em ações para nenhum dos órgãos da Administração.

8.13. Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão.

Posição em 31/12/2023	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Sociedades Controladas
Ações (MNDL3)	-	812.149	-

8.14. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

A Companhia não possui planos de previdência em vigor para nenhum dos órgãos da Administração.

8.15. Em forma de tabela, indicar, para os 3 (três) últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

ANO 2023			
a. órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
b. número de membros (1)	3,67	3,67	0
c. número de membros remunerados	3,67	3,67	0
d. Valor da maior remuneração Individual (2)	375.750,04	1.907.843,90	-
e. Valor da menor remuneração Individual (2)	151.810,80	203.494,57	-
f. Valor médio de remuneração Individual (3)	262.967,03	871.404,02	-
OBS. (1) para determinar o número de membros de cada órgão, foi somado o número de membros em cada mês do ano e dividido por 12 (média simples). (2) Foi excluída a remuneração dos membros que não exerceram suas funções nos 12 meses do ano (3) Valor médio de remuneração (total da remuneração dividido pelo número de membros remunerados)			
ANO 2022			
a. órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
b. número de membros (1)	3,67	3,67	0
c. número de membros remunerados	3,67	3,67	0
d. Valor da maior remuneração Individual (2)	635.813,96	1.234.850,48	-
e. Valor da menor remuneração Individual (2)	185.991,87	519.823,12	-
f. Valor médio de remuneração Individual (3)	394.885,52	822.543,13	-
OBS. (1) para determinar o número de membros de cada órgão, foi somado o número de membros em cada mês do ano e dividido por 12 (média simples). (2) Foi excluída a remuneração dos membros que não exerceram suas funções nos 12 meses do ano (3) Valor médio de remuneração (total da remuneração dividido pelo número de membros remunerados)			
ANO 2021			
a. órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
b. número de membros (1)	2	3	0
c. número de membros remunerados	2	3	0
d. Valor da maior remuneração Individual (2)	189.081,88	539.978,18	-
e. Valor da menor remuneração Individual (2)	151.233,88	476.188,64	-
f. Valor médio de remuneração Individual (3)	170.157,88	508.539,00	-
OBS. (1) para determinar o número de membros de cada órgão, foi somado o número de membros em cada mês do ano e dividido por 12 (média simples). (2) Foi excluída a remuneração dos membros que não exerceram suas funções nos 12 meses do ano (3) Valor médio de remuneração (total da remuneração dividido pelo número de membros remunerados)			

8.16. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

A Companhia não possui qualquer outro mecanismo de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

A Mundial S.A. – Produtos de Consumo contratou apólice de Seguro de Responsabilidade Civil para os seus administradores (D&O), junto à renomada empresa do segmento Chubb Leaders. Na apólice estão incluídas suas subsidiárias que são quaisquer sociedades que a Companhia detenha o controle, direto ou indireto, mediante: (i) a titularidade da maioria dos direitos de voto; ou (ii) o direito de nomear ou destituir a maioria dos membros do Conselho de Administração (caso existente) ou da Diretoria.

Já bastante difundido nos Estados Unidos e Europa, o Seguro D&O garante à Companhia proteção financeira e tranquilidade para que todos os que ocupam cargos diretivos tomem as decisões diárias com serenidade. Seguem, abaixo os dados gerais da apólice:

Seguro: D&O

Seguradora: CHUBB DO BRASIL CIA DE SEGUROS

Vigência: 21/08/2023 a 21/08/2024

Limite Máximo de Garantia: R\$ 16.500.000,00

Prêmio Líquido: R\$ 257.964,00

Veja alguns riscos protegidos pelo D&O:

- Processos movidos contra os Administradores, em qualquer esfera da Justiça, incluindo a criminal;
- Investigação contra os Administradores;
- Custos de defesa;
- Indenizações pecuniárias;
- Responsabilidade estatutária;
- Danos ambientais;
- Danos corporais e morais;
- Indisponibilidade e bloqueios de bens;
- Penhoras;
- Ações movidas pelo tomador (quem contrata a apólice) contra o segurado;
- Responsabilidade por erros e omissões na qualidade do serviço prestado;
- Despesas de publicidade e proteção da imagem;
- Responsabilidades Estatutárias (Trabalhista, Tributária e Previdenciária);
- Riscos Regulatórios (Inquérito, processos Administrativos e Investigações).

Objetivos do Seguro de D&O

- Indenizar as pessoas seguradas por perdas e danos resultantes de quaisquer reclamações contra elas apresentadas, durante o período contratual, com fundamento em atos danosos praticados

exclusivamente pelo segurado no exercício de suas funções ou cargos como Conselheiros, Diretores e/ou Administradores da Sociedade.

8.17. Em relação aos 3 (três) últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Percentual da remuneração total de cada órgão nos 3 (três) últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente, que sejam partes relacionadas aos controladores da Companhia.				
Órgão	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
Conselho Administração	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Diretoria Estatutária	45,99%	46,86%	50,59%	0,00%
Conselho Fiscal	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

8.18. Em relação aos 3 (três) últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados				
Órgão	2024 Prevista	2023	2022	2021
Conselho de Administração (a)	620.000,00	541.199,44	-	100.000,00
Diretoria Estatutária (b)	5.702.734,39	5.184.303,99	4.399.502,69	-
Conselho Fiscal	-	-	-	-
Total	6.322.734,39	5.725.503,43	4.399.502,69	100.000,00

a) Honorários advocatícios;

b) Valores correspondem a avais prestados.

8.19. Em relação aos 3 (três) últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, em relação aos 3 últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente.				
Órgão	2024 Prevista	2023	2022	2021
Conselho de Administração	-	-	-	-
Diretoria Estatutária	4.385.238,81	3.820.961,67	2.772.971,14	2.101.973,41
Conselho Fiscal	-	-	-	-
Total	4.385.238,81	3.820.961,67	2.772.971,14	2.101.973,41

8.20 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante informar.